

ENTREVISTA COM
CÉLIA XAKRIABÁ

ENCARTE TEÓRICO:
PAULO FREIRE

OS DESAFIOS
DA INCLUSÃO

ANO 19 • VOL. 1
N. 19 • EDIÇÃO 2021

Mátria

PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO - CNTE

2020: UM ANO AINDA MAIS DESAFIADOR PARA AS MULHERES

Elas tiveram que enfrentar
adversidades na escola,
na política e na família.



Mátria

ANO 19 • VOL. 1 • N. 19 • EDIÇÃO 2021



CAPA Bruno Soares

COORDENAÇÃO DA REVISTA MÁTRIA Berenice D'arc
(Secretária de Relações de Gênero da CNTE)

REDAÇÃO E EDIÇÃO Frisson Comunicação

DIREÇÃO EXECUTIVA Ana Paula Messeder

JORNALISTA RESPONSÁVEL Katia Maia (Mtb: DF 1708 JP)

EDIÇÃO Beto Cordeiro

REVISÃO Beto Cordeiro

REPORTAGEM Amanda Vieira, Livia Davanzo,
Paulo Mesquita, Priscila Rodrigues

FOTOGRAFIA Arquivo Mátria

ILUSTRAÇÕES Bruno Soares

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Bruno Soares

IMPRESSÃO Gráfica Positiva

TIRAGEM 10 mil exemplares



SRTVS, Q. 701, Conjunto D, Nº 100, Bloco B, Salas 404 e 406
Centro Empresarial Brasília, Brasília-DF, CEP: 70340-907

Fone: (61) 3964-8104 | www.frisson.com.br | atendimento@frisson.com.br

MÁTRIA: a emancipação da mulher / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – ano 19 (mar. 2021/mar. 2022 – Brasília: CNTE, 2003- Anual ISSN 1980-8984

1. Direitos da mulher. 2. Gênero. 3. Feminismo. I. Título. II. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

CDD 305.42
CDU 396(05)

Biblioteca: Cristina S. de Almeida CRB 1/1817



SDS » Edifício Venâncio III » Salas 101/106
CEP: 70393-902 » Brasília-DF, Brasil.
Tel.: + 55 (61) 3225.1003
www.cnte.org.br » cnte@cnte.org.br

ACOMPANHE A CNTE NAS REDES SOCIAIS



/CNTEBRASIL



/CNTE_OFICIAL



/CNTEGUITA

Confira também a versão eletrônica no site: www.revistamatria.com.br

A CNTE autoriza a reprodução do conteúdo desta revista com a devida citação da fonte.

1

EDITORIAL

CNTE

O melhor e o pior



40

ENCARTE TEÓRICO

ANDRÉIA NUNES
MILITÃO E
CRISTIANO AMARAL
GARBOGGINI DI
GIORGI

PAULO FREIRE EM
DOIS CONTEXTOS:
TENTATIVAS
DE INTERDIÇÃO
DAS IDEIAS E
DAS PRÁTICAS
DEMOCRÁTICAS

REPORTAGENS

POLÍTICA

MULHERES ELEITAS: AUMENTA O PERCENTUAL,
NÃO A REPRESENTATIVIDADE 2

INCLUSÃO

ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA X ENSINO REMOTO 8

ENTREVISTA

“BOLSONARO ELEGEU A NÓS, POVOS INDÍGENAS,
COMO INIMIGOS NÚMERO 1 DE SEU PROJETO” 12

EDUCAÇÃO

PANDEMIA IMPACTA ATUAÇÃO DE PROFESSORAS 16

HOMENAGEM

PRETA, POBRE E POETA 22

INTERNACIONAL

PANDEMIA SILENCIOSA: AUMENTA VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER NA AMÉRICA LATINA 28

VIOLÊNCIA

NA LUTA POR DIREITOS E CONTRA A VIOLÊNCIA 40

EXEMPLO

EDUCAÇÃO FREIRIANA É SAÍDA PARA A PANDEMIA 43

DIVERSIDADE

REPRESENTATIVIDADE EM TODOS OS SENTIDOS 46

SOLIDARIEDADE

SOLIDARIEDADE NA PANDEMIA: CAMPANHAS
AJUDAM QUEM MAIS PRECISA 52

58

GIRO

59

INTERAGINDO

60

SUGESTÃO DE ATIVIDADES

ARTICULISTAS



6

MARIA IVONETE
GOMES DO
NASCIMENTO

A sub-representação
da mulher na política



26

ANDREY R. C. LEMOS
E BRUNO E. S. ALVES
DE MELO

O Racismo, seus
desdobramentos
e o direito à vida



50

EDITH
MODESTO

Os idosos LGBTQs
e a pandemia

O melhor e o pior

De repente, enquanto as pessoas viviam suas pequenas lutas cotidianas – vencendo, perdendo, empacando, mas seguindo em frente – um estranho vírus letal, vindo da Ásia, impôs um freio à vida da população do mundo inteiro. E sua contaminação foi além do sistema respiratório, pois tirou o fôlego também da economia, da educação, da política e da segurança pública, deixando um rastro de destruição nas cidades e mudando o comportamento de homens, mulheres, crianças e instituições, revelando o melhor e o pior de todos.

Entre os exemplos do que a pandemia da COVID-19 revelou de melhor, a Revista *Mátria* destaca, nesta edição, a ação do MST que, apesar dos poucos recursos que detém, vem dividindo tudo o que possui com aqueles que não têm nada. São os produtos de seus projetos de agricultura familiar, como hortaliças, verduras e legumes divididos entre as populações carentes no combate à fome e à desigualdade, além da entrega de marmitas com refeições prontas, equipamentos de proteção individual, produtos de higiene e livros.

Mas como nem tudo são flores, *Mátria* também apresenta o pior dos seres humanos, que foi potencializado na reclusão forçada às famílias pela pandemia: a violência doméstica – uma forma de tortura física, social e psicológica que, infelizmente, ainda insiste em maltratar as mulheres dentro de suas próprias casas. Numa *Síndrome de Estocolmo* às avessas, em que o outrora companheiro amoroso se transforma no algoz cruel do dia a dia.

Mátria mostra ainda histórias de mulheres que foram à luta pelo seu direito de vencer preconceitos de gênero, raça e cor, num mundo onde homens se acham os donos absolutos de cargos, profissões e opiniões. Como é o caso das recém eleitas para prefeituras e câmaras municipais no país, ou da professora indígena que derrubou tabus e, além de se formar em educação, fez mestrado em Desenvolvimento Sustentável e termina o Doutorado em Antropologia.

As páginas de *Mátria* trazem também a reportagem de capa sobre as dificuldades encontradas pelas professoras que, de uma hora para outra, tiveram que trocar a sala de aula pelas salas de bate-papo virtuais, transformando seus conteúdos em videoaulas e suas casas em estúdios. Você também vai conhecer a luta das mães de crianças e adolescentes com deficiência, que tiveram que se reinventar para que seus filhos não perdessem o foco dos estudos, após terem sido forçados a se afastar da sala de aula durante a pandemia.

Esta edição de *Mátria* ainda discute uma saída para a educação na pandemia por intermédio do modelo traçado por Paulo Freire, que completaria um centenário em setembro deste ano. E também mergulha na vida e obra da escritora negra Carolina de Jesus e sua luta para sobreviver, criar e educar três filhos em meio ao lixo e às ruas, catando o papel de onde retirava o sustento e o material de trabalho de seus famosos cadernos de diário, transformados em livros, que foram lidos pelo mundo inteiro e traduzidos para diversos idiomas.

A diversidade de gêneros e a comunidade LGBTQIA+ também estão presentes nas páginas de *Mátria* e nas páginas dos quadrinhos de duas artistas entrevistadas pela revista. Tudo isso e muito mais, você vai encontrar nesta edição que, apesar da pandemia, tira a máscara para falar, sem medo, de tudo o que acontece no universo feminino e feminista que, cada vez mais, vem conquistando o seu merecido lugar ao sol.

Boa leitura!
Diretoria Executiva da CNTE

Mulheres eleitas: Aumenta o percentual, não a representatividade

Número de candidaturas ainda está distante da sonhada paridade



Mesmo as mulheres representando 52,35% do eleitorado brasileiro, essa supremacia feminina nas urnas não se traduz em paridade no resultado das apurações. Nas eleições municipais de 2020, por exemplo, elas representaram apenas 33,6% das candidaturas para as Câmaras de Vereadores e Prefeituras dos 5.570 municípios brasileiros, de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ainda assim, a quantidade de mulheres candidatas nessas eleições foi superior em relação às anteriores: foram 31,9% em 2016 e 31,5% em 2012.

O número de candidatura de mulheres negras também aumentou em 2020; com cerca de 4.088 pretas e pardas concorrendo às eleições, contra 3.309 registradas em 2016. Em alguns municípios as eleitas representaram uma conquista histórica, como a educadora Carol Dartora (PT). Aos 37 anos, ela é a primeira mulher negra eleita para a Câmara de Vereadores de Curitiba (PR). Com 8.874 votos, ela figura entre os três mais votados da capital paranaense, atrás apenas de Indiara Barbosa (Novo) e de Serginho do Posto (DEM).

O interesse de Dartora pela política não é recente. "Ter nascido uma mulher preta em Curitiba, de certa forma foi me levando a esse espaço. Porque como eu digo, Curitiba é uma cidade bem conservadora, uma cidade racista e aí ter vivido aqui sempre me fez refletir muito politicamente no sentido de me afirmar, de afirmar o que é ser negro, o que é ser uma mulher negra", conta a vereadora.

Para a professora da rede pública municipal, até mesmo a escolha da profissão foi norteadada pelo desejo de transformar a realidade em que vivia. "Ser professora já foi um desejo de agir politicamente, no sentido de transformar a sociedade, desconstruir preconceitos, desconstruir toda essa desigualdade que me acompanhou durante toda a minha vida".

Foi acompanhando o dia a dia das alunas negras e percebendo que a injúria racial não era apenas presente, mas recorrente, que Dartora foi impulsionada ao movimento de mulheres negras e ao estudo do feminismo negro. Também ativa nas



Dartora: Primeira mulher negra eleita em Curitiba, para ela vencer as eleições foi uma conquista coletiva

lutas pelos direitos dos trabalhadores, ela passou a enxergar de perto a sub-representação das mulheres negras na política e foi a partir desta compreensão, que veio a decisão de se candidatar.

"A gente tá na base dos sindicatos; nas periferias denunciando a falta de creches; denunciando a violência policial; mas quando é para assumir cargos de lideranças, daí as instituições não nos vêem como possíveis lideranças", destaca a vereadora.

Para Dartora, conquistar uma cadeira na Câmara de Vereadores trata-se de uma conquista do coletivo, do movimento de mulheres e dos trabalhadores do município em sua diversidade. "Foram essas pessoas que deram seu voto de confiança e que me fizeram chegar nesse espaço e quebrar essa barreira tão grande que é o fato de Curitiba nunca ter elegido uma mulher negra", conclui.

Ataques

O protagonismo de Dartora e de outras candidatas como a vereadora Ana Lúcia Martins (PT), primeira mulher negra a ser eleita vereadora em Joinville (SC) com cerca de 50 mil votos, incomodou racistas. Ambas as vereadoras chegaram a receber ameaças além dos diversos atos de racismo feitos por trás da tela dos computadores. Com o objetivo de auxiliar na segurança das candidatas, o TSE chegou a lançar um guia de segurança com dicas de como se proteger de ataques virtuais.

Poucos dias após o primeiro turno, a eminência dos ataques levou o presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso a se posicionar sobre a violência com motivação política: "Nós precisamos de mais mulheres na política e precisamos enfrentar essa cultura do atraso, da discriminação, do preconceito, da desqualificação. Precisamos, como disse, de mais mulheres na política. Elas podem e o Brasil precisa", disse o magistrado. Para Barroso, violência e preconceito são fenômenos incompatíveis com a democracia.

O Partido dos Trabalhadores solicitou reforço na segurança da Câmara e acionou o Ministério Público pedindo que as ameaças à vereadora Carol Dartora sejam investigadas.

Nas prefeituras

Neste ano, 659 mulheres foram empossadas para assumir cargos no executivo, o que representa 12,08% do total de prefeitos eleitos no país, uma diferença de 0,46 ponto percentual

187.286

candidatas

294

trans ou
travestis

4088

pretas ou
pardas

10.759

mulheres foram eleitas incluindo
prefeitas, vice-prefeitas e
vereadoras.

Fonte: TSE - Eleições 2020



Foto: divulgação

Marília: maior desafio político é ter visibilidade em um ambiente dominado por homens

em relação às eleições de 2016. E uma frustração para Marília Campos (PT), prefeita eleita pela terceira vez em Contagem (MG), um dos municípios mais populosos da Grande BH, com mais de 300 mil habitantes.

"Nessa última eleição, mesmo depois de cotas, mesmo depois de financiamento eleitoral garantido para as mulheres, nós não elegemos nem 13% de mulheres prefeitas. Então é muito constrangedor viver nesse ambiente, onde tem mudado muito pouco", lamenta a Prefeita. Experiente, Marília iniciou sua carreira política nos movimentos sociais e sindicais, depois passou pela Câmara de Vereadores, Assembleia Legislativa de Minas Gerais e pela Prefeitura Municipal de Contagem.

Para ela, um dos maiores desafios de ser uma representante da pauta feminina em um ambiente dominado por homens é o da visibilidade. "A política o tempo todo é no sentido de tentar nos desqualificar",

explica. "Então você se sujeita o tempo todo com essa atitude do lado de lá que é a desqualificação, a invisibilidade, seja com as piadas, seja com a ausência de valorização do seu perfil", acrescenta.

A visibilidade dessas mulheres e de suas ações e posicionamentos têm um papel importante para estimular outras mulheres a disputarem cargos públicos. Marília ainda acredita que é necessário esse estímulo para que a participação feminina esteja presente em toda a estrutura de poder.

"Não basta apenas ter a presidenta mulher, você tem que ter nas estruturas de poder, mulheres que tenham compromisso na promoção de mais mulheres na política", destaca. "Os cargos, por exemplo, nas finanças partidárias, na organização partidária, são cargos que são fundamentais para garantir uma estrutura mais democrática porque é distribuição de recursos", acrescenta a prefeita.

Diversidade e TRANSformação

As candidaturas de pessoas trans e travestis também marcaram as eleições 2020. De acordo com dados da Associação Nacional de Transexuais e Travestis, ao todo foram 294 candidaturas. Este ano também foi a primeira vez que os candidatos puderam fazer uso do nome social. De acordo com o TSE, 171 deles registraram-se com o nome social.

Com cerca de 5.773 votos, Linda Brasil (PSOL) é uma das 30 pessoas trans eleitas em 2020, um crescimento considerável sobre as eleições 2016, onde apenas 8 haviam sido eleitas. Ela será a primeira mulher trans a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores de Aracaju (SE).

"Nesse momento com tudo o que estamos vivenciando na política nacional é uma vitória não só minha, mas de todas as pessoas trans e LGBTQE+, mulheres e

mulheres negras. Representa uma esperança nesse momento difícil que a gente está vivendo e também uma resposta da sociedade contra tanto discurso de ódio e *fake news*", comemora Linda Brasil.

Apesar de novata na Câmara de Vereadores, Linda tem um histórico voltado para a luta social. Seu interesse pela política surgiu na Universidade Federal de Sergipe em 2013. "Aos 40 anos ingressei na Universidade depois de vários processos de violência. Cheguei a ser empurrada para a prostituição como acontece com 90% das trans e travestis", relata Linda.

"Quando tentei me matricular com meu nome social eles não permitiram, mas me aconselharam a falar com os professores, para que eles anotassem, colocassem de lápis

à frente do nome registro. Como eu queria muito ocupar esse espaço na academia, segui o conselho. No primeiro dia de aula, as minhas duas primeiras professoras foram bem amigáveis e receptivas, mas o terceiro não. Ele falou bem alto meu nome de registro", relata a vereadora.

Após o constrangimento, Linda Brasil fez uma denúncia junto à Universidade e foi autora de um processo que gerou uma Portaria, que hoje regulamenta a questão do uso do nome social da universidade. Mas não apenas isso, a situação foi o pontapé para que ela ingressasse no movimento estudantil, coletivo de mulheres e feministas. Em 2015 filiou-se ao PSOL e chegou a ser candidata à deputada estadual em 2018. Atualmente, a vereadora e mestranda em educação é uma das fundadoras da Associação e Movimento Sergipano de Transexuais e Travestis (AMOSERTRANS).

Para ela, apesar de ainda serem necessários avanços para uma política mais representativa, as eleições 2020 são apenas o início para um país mais justo. "É preciso fazer política com um olhar diferenciado, com o olhar das mulheres, das LGBTQs, da população negra da periferia, eu acho que vai ser muito importante para que a gente possa ter mais direitos, oportunidades e justiça social", destaca a vereadora.

No Brasil

Para a socióloga e conselheira do Instituto Patrícia Galvão, Fátima Jordão, há um longo caminho para eleições com mais igualdade. "Nós estamos parados. Nessa onda conservadora brasileira nessas últimas eleições, houve um sinal claro senão de retrocesso, de estagnação. Os números são muito claros em relação a isso. Foram 12% de mulheres eleitas, de 30% de candidatas obrigatórias", enumera.

De acordo com a especialista, a sub-representação feminina é resultado da soma de múltiplos fatores, dentre eles, barreiras internas dentro dos próprios partidos e sindicatos. "Elas representam 50% no partido, um pouco mais até no sindicato e aí é o buraco negro. Elas entram e desaparecem, na liderança, nas eleições, nas reuniões e assim por diante", conta.

Ainda de acordo com Fátima Jordão, o leve aumento de mulheres candidatas neste ano, apesar do recorde, representa o mínimo do que é preciso para uma política mais igualitária. "A lei tem por determinação uma obrigatoriedade dos partidos terem um mínimo de 30% de representação. Então isso é o mínimo. É uma lei de conquistas das mulheres. Não é um fenômeno da democracia brasileira. A democracia brasileira no seu conjunto de liberdades e de direitos, ela reduz a mulher a 30%", finaliza.



Foto: divulgação

Linda Brasil: interesse pela política começou na universidade



Maria Ivonete Gomes do Nascimento

Possui Doutorado e Mestrado em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília. É especializada em Gestão Pública e em Gestão em Controladoria Governamental. É bacharel em Arquivologia. É Professora de Magistério Superior Substituta do curso de Arquivologia, da Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília.

A sub-representação da mulher na política

O direito político das mulheres de votar e de ser votada consistiu em uma longa luta do movimento feminista por essa reivindicação. Mas, até os dias de hoje, a presença feminina na política ainda enfrenta um preconceito arraigado, o que impede a sua participação plena. Admite-se, com isso, a opinião de Perrot (1988) de que o acesso das mulheres ao poder político sempre foi difícil.

A luta pelo sufrágio universal, o direito de votar e ser votado, consistiu em uma grande empreitada dos desprovidos por longo período, envolvendo homens e mulheres. No entanto, a luta pela expansão de tais direitos políticos não abrangia o voto feminino, mesmo com a Revolução Francesa e a Revolução Americana, marcos da instituição dos direitos de cidadania. As mulheres tiveram que lutar pela universalização do voto, o que, segundo Alves e Pitanguy (2003, p. 44), "[...] foi uma luta específica, que abrangeu mulheres de todas as classes". O direito de votar e de ser votada significava para a mulher sua entrada e participação em uma arena essencialmente masculina, o que ocasionou muita resistência por parte de vários homens.

Até o início do século XX, o direito de votar no Brasil estava restrito aos homens. Como

dizia Canêdo (2003) sobre o preceito eleitoral de todo o período da Colônia, Império e início da República, "[...] o verbo "votar" e a prática da cidadania são do gênero masculino e da cor branca, as mulheres estavam ausentes do texto, assim como os escravos e os indígenas" (CANÊDO, 2003, p. 523). Com a primeira República, houve uma ampliação do perfil de votantes, pois antes de 1891 votavam apenas homens maiores de 25 anos e proprietários.

A luta pelo direito ao voto feminino no Brasil consistiu em um polo de aglutinação de setores da sociedade, envolvendo mulheres instruídas, ainda em meados do século XIX. Consideradas precursoras dessa luta, Francisca Senhorinha da Mota Diniz, Josefina Alves de Azevedo, Leolinda Daltro, Bertha Lutz, Natércia Rocha, Mietta Santiago, entre outras, travaram uma batalha contra o atraso e o pensamento hegemônico de que a vinda das mulheres para o espaço público significava um risco para a família, pois elas não tinham perfil natural para atuar em tal ambiente. De acordo com Hahner (1981, p.78), "Muitos temiam que, se o mais puro e mais nobre dos sexos descesse do pedestal e escapasse do isolamento do lar, ele poderia ser maculado ou corrompido e a sociedade arruinaria."

A conquista do voto feminino ocorreu com o Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que trazia o voto não obrigatório para as mulheres maiores de 21 anos. Isso após muita luta do movimento sufragista brasileiro, considerado até os dias de hoje o marco do movimento feminista no país. Posteriormente, o direito político do voto feminino foi ampliado para mulheres maiores de 18 anos na Constituição de 1934 e sendo obrigatório, a partir da Constituição de 1946.

Apesar da conquista do direito político do voto feminino ter ocorrido há 89 anos, os resultados eleitorais demonstram haver pouca representatividade da mulher nos espaços de poder político no Brasil. Apesar de elas serem a maioria da população (51,8%) e representarem mais de 52% do eleitorado. Além disso, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, de 16,4 milhões de pessoas filiadas a partidos políticos em 2020, as mulheres compõem esse universo em 7,4 milhões.

As eleições de 2018, para o parlamento federal, trouxeram como resultado das urnas a eleição de 77 deputadas federais de um total de 513 cadeiras, representando 15% desse parlamento. Para o Senado Federal, houve um decréscimo em relação às eleições de 2014, sendo eleitas 12 senadoras, o que representa o percentual de 14,8% de um total de 81 vagas. Tal resultado colocou o nosso país, na pesquisa desenvolvida pelo *Inter-Parliamentary Union*, no panorama sobre a participação política de mulheres no mundo, na 132ª posição, em um *rank* de 193 países, no ano de 2019, ficando atrás de vários países da América Latina, tais como: Cuba, Bolívia, México, Costa Rica, Nicarágua, Equador e Perú, entre outros.

O resultado das eleições municipais de 2020 demonstra também um pequeno aumento da participação das mulheres no poder político municipal. Concorreram às eleições 33,6% de candidaturas femininas às

prefeituras e as câmaras municipais. Foram eleitas 658 prefeitas (13%) e 9.196 vereadoras (16%), quando em 2016 foram 11,57% prefeitas e 13,6% vereadoras. Além disso, verificou-se que 17% (937) dos municípios não elegeram mulheres para o referido parlamento.

Conclui-se que tais resultados eleitorais mostram a baixa representatividade das mulheres nos vários níveis de disputa eleitoral do sistema político brasileiro. Assim, confirma-se a percepção de que ocorre uma persistente desigualdade de gênero nos espaços de poder político no país que impede a participação plena das mulheres. Portanto, o desafio de garantir a paridade em tais espaços, vai precisar de mais ações afirmativas que alterem, de fato, a real sub-representatividade das mulheres e busquem uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos; 44). 77p.

CANÊDO, Letícia Bicalho. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. 591p.

HAHNER, June Edith. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. Tradução Maria Theresa P. de Almeida, Heitor Ferreira da Costa. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1981.

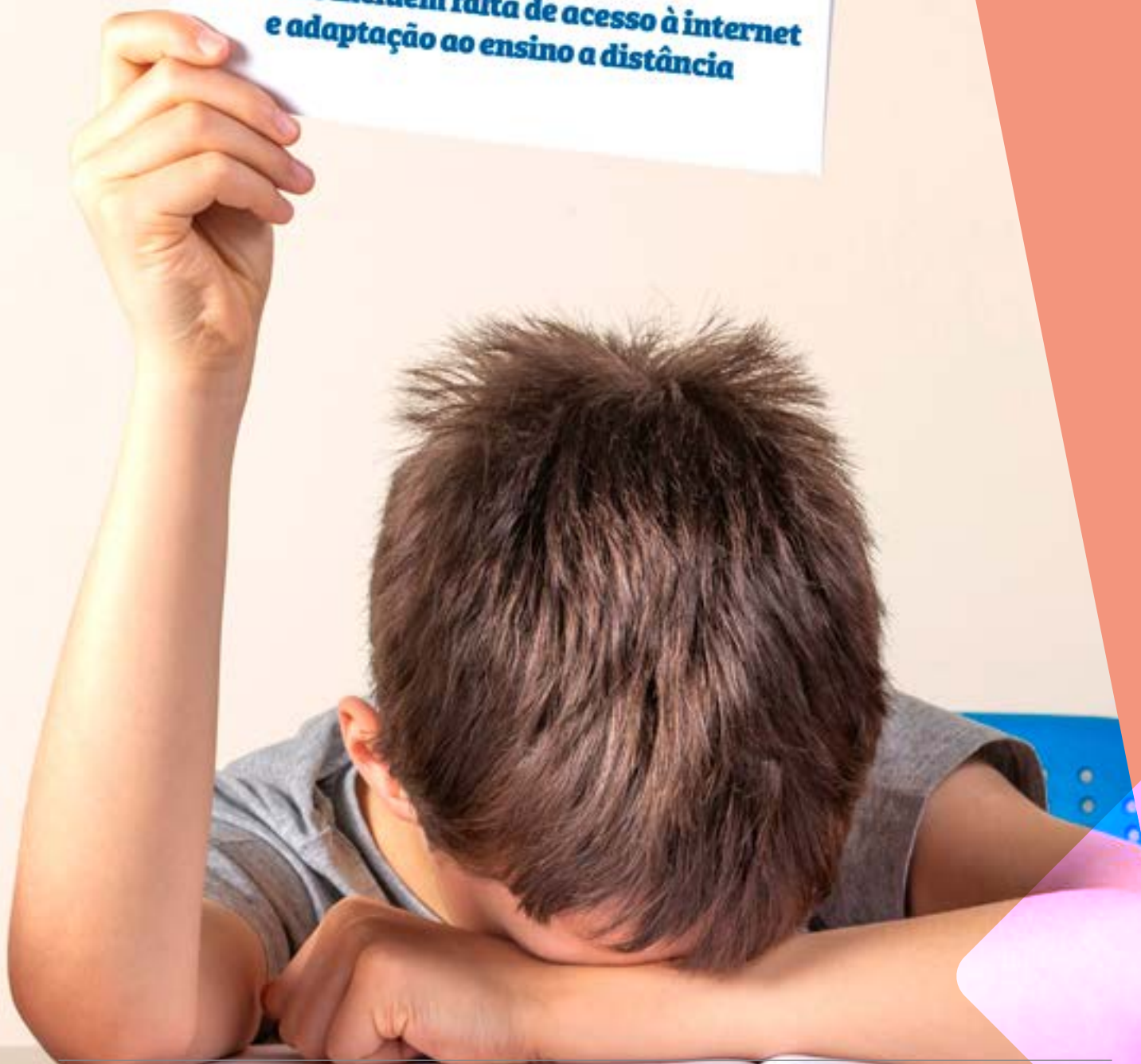
Inter-Parliamentary Union. **Women in National Parliaments**. 2019. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em: 06 fev. 2021.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Tribunal Superior Eleitoral. **Número das Eleições Municipais de 2020**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 06 fev. 2021.

**ESTUDANTES COM
DEFICIÊNCIA
x
ENSINO REMOTO**

**Desafios incluem falta de acesso à internet
e adaptação ao ensino a distância**



Aulas pela manhã no Centro de Educação Especial, terapias e atividades à tarde. Essa era a rotina do estudante Arthur Castro, 12 anos, morador de Planaltina (DF), cidade cerca de 42 km do centro da Capital Federal, antes da pandemia do Novo Coronavírus chegar ao Brasil.

Com o isolamento social, necessário para conter a pandemia, as escolas ficaram fechadas durante alguns meses. Após a longa pausa, a solução adotada foi o improvisado ensino remoto. Desta vez, Arthur, que tem o diagnóstico de Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista (TEA), estudaria de casa e tendo como principal suporte a mãe, Irani Castro, 50.

Para ela, a nova tarefa era desafiadora. "Como mãe, estou com ele o tempo inteiro. Levando para a escola, levando em terapia, levando em consulta e como ele fica comigo o dia inteiro, para mim era bem complicado porque ele não queria obedecer aos comandos", relata a dona de casa.

"A psicóloga foi de suma importância, me dando estratégias diferentes para eu usar com ele, e aí ele foi aceitando e executando as atividades. A professora também me deu muitas dicas e era muito tolerante quando eu não encaminhava as atividades que não conseguia executar", acrescenta Irani.

O contato de Arthur com os professores, que antes era direto, agora passava pela mediação da mãe, responsável por ajudar o filho nas atividades e mostrar aos professores a execução delas. "Eles iam me passando as atividades, eu ia registrando por meio de vídeos ou fotos

e encaminhava pra eles. Logo depois que disponibilizou a plataforma eu poderia encaminhar para eles ou direto na plataforma", relata Irani.

Irani tinha ainda outra missão, a de mostrar a evolução de Arthur para que ele pudesse ingressar no ensino regular em 2021. "A criança só avança com o estudo de caso da escola junto à Secretaria. Esse ano não teria. Aí eu tive que ter esse cuidado de mandar todos os vídeos para mostrar o avanço dele, mostrando que ele já tinha avançado bastante e lutando para que ele vá para a inclusão", conta a mãe.

Falta de concentração

Também moradora de Planaltina, Maira Franco, 41, é mãe de um adolescente que cursa o primeiro ano do Ensino Médio, Felipe Franco, 16. Para ela, os desafios da educação remota foram diversos, embora o filho apresente uma forma leve do TEA.

Diagnosticado com Síndrome de Asperger aos 10 anos, Felipe sempre estudou no ensino regular. "Até então, na escola que ele estudava, ele era tido como superdotado, mas na verdade não era. Essa questão da superdotação foi mascarada porque ele tinha realmente muita habilidade para determinadas áreas, principalmente inglês e aí todo mundo achava que ele era superdotado, mas a questão das relações interpessoais era muito complicada", relata Maira.

Felipe retornou às aulas já em abril, mas de forma remota. Para Maira, uma das principais dificuldades estava relacionada à concentração do filho que agora assistia às aulas em frente à tela de um computador no escritório da casa. "A diversão dele era no computador, então para ele entender que naquele momento o computador não era utilizado só para diversão, que era para aula também, foi um período bem difícil", conta.

Nas avaliações também houve mudanças. "Ele não aprendeu da mesma forma, tanto que a maioria das provas foram adaptadas para ele", conta a mãe. De acordo com Maira, antes da pandemia Felipe costumava fazer provas comuns, com adaptações apenas em avaliações de disciplinas onde apresentava dificuldades.

O isolamento afetou até mesmo a preparação de Felipe para os exames de ingresso à universidade, que



Irani Castro ajuda o filho, Arthur, nas atividades da escola

também aconteceria remotamente. "A gente entendeu que para o Felipe seria mais um tempo no computador para a aula e que já estava muito pesado pra ele. Então a gente não fez a adesão ao programa que a escola ofertou", relata Maira.

Desafios da educação na pandemia

Assim como os pais, os professores também enfrentaram mudanças bruscas como a adequação repentina de conteúdo, o suporte tecnológico e a falta de contato com os alunos.

Maira, que também é educadora e faz parte da equipe especializada de apoio à aprendizagem de uma escola pública do Distrito Federal, relata que uma das maiores dificuldades é com a adaptação do material didático. "Às vezes o professor quer trabalhar um determinado conteúdo, que se fosse presencialmente, estaria do lado do aluno ajudando a fazer a atividade. Na forma remota ele não consegue ter essa interação e o aluno não consegue fazer essa atividade", conta.

Além disso, a quantidade de aulas por semana é reduzida devido à dificuldade de conexão com a internet por parte dos alunos. De acordo com ela, muitas vezes, "numa turma que tem 30 alunos, o professor comenta que 9 alunos participaram daquela aula online. E aí ele prefere postar atividades porque é mais fácil para o pai ou para o aluno acessar. Em caso de dúvida, o professor está disponível pelo WhatsApp", explica.

A educadora Katia Cristina de Jesus, 49, que atua no aprendizado

de crianças com deficiência, relata: "Eu domino muito pouco a tecnologia, então pra mim, o maior desafio foi ter que aprender a trabalhar remotamente com meus alunos". Para ela, apesar das dificuldades, o cenário acabou aproximando pais e professores. "A pandemia veio trazendo um lado ruim, mas a gente observa agora que os pais, por mais dificuldades que tenham de acompanhar os filhos, se tornaram mais presentes", comenta.

Inclusão digital

De acordo com o levantamento TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) Domicílios 2019, publicado em maio de 2020, no Brasil, cerca de 20 milhões de brasileiros não têm acesso à internet, o que corresponde a 28% da população.

A falta de acesso foi um fator complicador para o ensino a distância, conforme explica a Professora Márcia Pletsch, especialista em Altas Habilidades pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). "Não houve um plano de apoio aos municípios, não houve um plano federal que garantisse que todos tivessem, por exemplo, acesso à internet. Cada município teve que fazer ações de acordo com a sua capacidade diária e de acordo com as disputas locais, considerando que foi um ano eleitoral, então nem sempre é tão simples. Em alguns municípios é como se o ano letivo não tivesse existido", explica.

Para a especialista, o aumento das desigualdades e da pobreza também impactaram o ensino: "Fiz uma pesquisa e a gente constatou que as

desigualdades sociais que se ampliaram enormemente no país também se reproduzem no acesso à educação, principalmente dessa parcela mais vulnerável que são as pessoas com deficiência. Cerca de 90% das pessoas com deficiência no Brasil é pobre ou extremamente pobre, e mais de 90% é matriculada na educação básica pública. Para quem tem deficiências mais severas, a desigualdade triplicou a potência", pondera.

Família

Para Adriana Borges, professora de Políticas Públicas de Educação Inclusiva da UFMG, a importância da família no processo de aprendizagem tornou-se clara com as limitações impostas pela pandemia. "Se antes, no presencial, a relação com a família já era fundamental, nessa relação de ensino remoto ela é muito mais importante", explica.

Para ela, a parceria entre pais e professores é essencial: "Essa questão da deficiência está dentro de um contexto maior de vulnerabilidade social, são famílias que além de tudo tem uma questão relacionada à pobreza. Às vezes, tem famílias em que os pais não conseguem auxiliar as crianças porque eles não receberam educação, eles não têm a formação pra isso. Outras famílias não têm tempo pra se dedicar à criança. Então é importante que os professores saibam medir, mensurar o que eles vão cobrar nesse momento das famílias, que estão muito sobrecarregadas".

Ensino a distância prejudicado: 28% da população brasileira não possui internet

Fonte: TIC Domicílios 2019

Felipe : ensino remoto tornou o aprendizado mais difícil.



Foto: Acervo pessoal

Inclusão e desenvolvimento

Para Irani, a inclusão do filho no ensino regular representa um grande passo rumo ao desenvolvimento de Arthur. "Eu acho que toda mãe que tem um filho com necessidades especiais luta pela inclusão das crianças. Eu acho que se não há inclusão, há segregação e aí eu já não concordo", ressalta.

Márcia Pletsch acredita que a inclusão é um direito das pessoas com deficiência: "Conviver com a diferença é um direito inquestionável. O que as nossas pesquisas mostram é que a convivência com a diferença é um potencializador do desenvolvimento humano e não o contrário". Ela acrescenta: "O Supremo acabou de votar que a prioridade é a escola inclusiva não mais escola especial".

A especialista se refere à decisão do Ministro do STF Dias Toffoli sobre a chamada Política Nacional de Educação Especial desenvolvida pelo governo Bolsonaro. O Decreto 10.502/2020 é visto como retrocesso por especialistas do campo

da educação, à medida que sugere o ensino de alunos com deficiência em salas e escolas especiais.

Para Márcia, é questionável a ideia base do documento de que a família pode escolher pelo ensino mais adequado. "Num país como o nosso, as famílias não têm condições de escolher, não que ela não possa, mas que ela não tem escolha porque a maioria é pobre ou extremamente pobre. Então é uma perspectiva liberal de educação que tira a responsabilidade do estado e coloca a responsabilidade da educação dessa criança com deficiência na família", explica a especialista.

De acordo com Pletsch, a ideia de um ensino exclusivo está na contramão das últimas ações de países desenvolvidos, já que a maior parte deles incorporou a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU em sua legislação. Além disso, a inclusão tem um papel importante no desenvolvimento intelectual, interpessoal e físico desses alunos.

"Se você colocar uma criança em uma classe onde nenhuma delas fala,

mesmo que ela tenha potencial, ela também não vai falar porque não vai ter uma criança que a instigue a falar. Agora se você colocar uma criança que tem autismo, que não interage, que não fala, numa turma em que todas brincam, falam, correm, ela vai começar a melhorar a sua interação, a sua comunicação. Ela vai sentir necessidade e isso está comprovado na literatura científica tanto nacional quanto internacional", explica.

Para a Professora Adriana Borges, a medida é também inconstitucional. "O direito à educação é garantido pela Constituição e a educação especial é uma modalidade de ensino. Ela não pode substituir a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio. A educação especial é transversal. Como modalidade, ela tem que estar presente nesse ensino, mas ela não pode substituir", explica. Adriana acredita que a decisão de Dias Toffoli representa essa ideia. "Foi importante agora ela ter sido suspensa e a gente espera que ela seja revogada", destaca Adriana.



"BOLSONARO
ELEGEU A
NÓS, POVOS
INDÍGENAS,
COMO INIMIGOS
NÚMERO 1 DE
SEU PROJETO"

A professora Célia Xakriabá conta como os povos indígenas estão enfrentando a pandemia de COVID-19, de um lado, e o Governo Federal de outro

Aos 31 anos, a professora Célia Xakriabá é um exemplo de protagonismo: ela foi a primeira indígena a representar seu povo na Secretaria de Educação do estado de Minas Gerais (2015-2017) e fez parte da primeira turma de Educação Indígena da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2013, quando se formou em Ciências Sociais. Além disso, concluiu o mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração em Sustentabilidade Junto a Povos Tradicionais, na Universidade de Brasília (UnB), em 2018. Primeira mestra de seu povo, atualmente cursa o doutorado em Antropologia na UFMG. Nesta entrevista, exclusiva à Revista Matria, ela conta como os povos indígenas, sobretudo as mulheres, estão atuando coletivamente para se proteger da pandemia de COVID-19, e denuncia os ataques do Governo Federal.

Revista Matria: Você faz parte das primeiras gerações de indígenas que tiveram acesso à educação pública básica e superior. Como isso contribuiu na sua formação como liderança?

Célia Xakriabá: A educação pública está presente desde os meus anos iniciais na escola. Sou parte da primeira turma da Escola Indígena Estadual Xukurank, em São João das Missões (MG). Tenho orgulho de fazer parte dos primeiros resultados da criação das escolas estaduais indígenas, com os primeiros professores indígenas. Ninguém me ensinou que Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil. Costumo dizer que as *fake news* não começaram em 2018 - e elas ainda continuam existindo na sociedade, principalmente quando se mata a história dos povos indígenas, a nossa narrativa. As *fake news* continuam cada vez que as pessoas nos matam, achando que não somos de verdade. Somos 305 povos, falamos 274 línguas, mais de 900 mil pessoas, uma diversidade enorme.

RM: Antes mesmo da pandemia começar, já existia essa política velada contra "minorias" de todos os tipos, por parte do governo. Como isso afetou os povos indígenas?

A arma do "calibre 17" segue matando; a letalidade do governo é maior do que qualquer arma de fogo, é uma violência nua e escancarada. É um genocídio que não é uma fatalidade; é legislado, é o aparato do Estado brasileiro querendo nos matar. Somente em 2019, foram 130 lideranças indígenas mortas. Morremos duas vezes coletivamente:

"A letalidade do governo é maior que qualquer arma de fogo"

quando matam nossa identidade e quando matam nosso território, nosso modo de vida. O ecocídio é um crime sobre os povos indígenas e a humanidade. Temos que lutar coletivamente. Bolsonaro elegeu a nós, povos indígenas, como inimigos número 1 de seu projeto. A frente dos povos indígenas não é só uma escolha, é um ato de resistência. Nós, povos indígenas, somos 5% da população do mundo e somos responsáveis por cuidar de 82% da biodiversidade do mundo. E, mesmo assim, as pessoas não entendem a importância dos povos indígenas. Nós vamos enfrentar uma guerra muito maior, com situação de maior vulnerabilidade, que são as mudanças climáticas. Somos os principais ativos da humanidade para reduzir os impactos das mudanças do clima.

RM: Como as mulheres estão se organizando para enfrentar a pandemia de COVID-19?

CX: Nós mulheres nunca estivemos paradas, sempre estivemos marchando nos territórios. Na verdade, sempre existiram as parteiras, as benzedoras, elas sustentam o

território. Em 2019, fizemos a primeira marcha indígena até Brasília, com mais de 110 povos diferentes, mulheres que nunca tinham ido nem à cidade fora dos territórios, a maioria delas nunca tinham ido a Brasília, e nós reunimos muitos corações. Quando se trata da luta, a diversidade da língua não é uma fronteira. Quando sua avó, seu filho, sua mãe, está sendo atacada, há resistência. Com a nossa potência, com a nossa força, conseguimos um encontro com o então ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta. É muito importante dizer isso, porque a primeira marcha não acabou ali, seguimos defendendo a importância do território: quem tem território tem lugar para onde voltar, tem cura. O território é nosso corpo, nosso espírito. Depois da marcha, fizemos um plano de percorrer os territórios indígenas fortalecendo as eleições das mulheres indígenas, pelo "mãedato" - assim como eu, que não sou mãe, nós mulheres doamos nosso tempo para a luta, no útero da luta. Isso é muito importante para resistir, de forma coletiva. Nós tivemos assembleia no Acampamento Terra Livre Online, em abril de 2020 - mesmo que tivéssemos poucas pessoas, a mesa de mulheres foi a que mais teve repercussão, com um milhão e meio de acessos. Mesmo no momento da pandemia de COVID-19, as mulheres estão na linha de frente, nas barreiras sanitárias, ajudando a organizar a emergência indígena. O chamado global para a cura da terra reuniu mulheres do mundo inteiro, pois curar a terra é curar a humanidade.

"Quem tem território tem lugar para onde voltar"

RM: Nas redes sociais, cresce a atuação de jovens que organizam mobilizações e buscam ajuda para situações pontuais de crise (denúncias de incêndios nas florestas e situações de violência, doações de alimentos etc.). Como é essa atuação online?

CX: Precisamos descolonizar as telas também. Nós temos o racismo da ausência, do porquê nós não estamos nesses lugares. As pessoas tomam um engajamento antirracista, mas a discussão de raça precisa ser mais aprofundada, porque nós somos povos para além de raça. Nós, indígenas, sofremos o lugar da ausência da nossa própria história, que é diversa. A comida que dá sustância é colorida no prato, essa diversidade para a terra, ela não se sustenta se não tiver cultura. A colonização do pensamento, do olhar, do corpo e da terra, é voltada para a monocultura. Nesse sentido é importante descolonizar as telas e trazer vozes coletivas. Na aldeia digital, muitos jovens e artistas indígenas estão no TIK TOK, na MÍDIA NINJA, e em muitos lugares - as mulheres vem se destacando porque têm um olhar sensível, são

elas que continuam sustentando as mãos e os pés no território. E mesmo quando a gente ocupa as redes, sofremos com o racismo e o preconceito. No período das eleições de 2020, fui atacada por publicações mentirosas e racistas, publicadas no Facebook - e ganhei em primeira instância. A decisão foi tomada pelo juiz Frederico Vasconcelos, da comarca de Manga, MG, que obrigou o Facebook a retirar as publicações e identificar os autores. A intolerância política nas redes precisa ser combatida e punida com o rigor da lei. É inadmissível que nossas lideranças sejam perseguidas na internet e nos territórios.

RM: Quais são as principais demandas comuns dos povos indígenas hoje?

CX: Nesse período, o que nos preocupa é mais do que o vírus, é o governo que tem um projeto muito certo, que é o nosso corpo. Nós somos vítimas como povos indígenas. Tivemos que enfrentar Projetos de Lei importantes, que precisavam ser aprovados e levou muito tempo: nós enfrentamos PLs da grilagem, defendemos a saúde pública, a saúde indígena, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Nós somos prioritários, somos corpos em situação de vulnerabilidade, há mais de 500 anos. Somos 900 mil pessoas, e o Ministério da Saúde estava excluindo indígenas que vivem em contexto urbano. O ministro Eduardo Pazuello estava contando apenas com os territórios demarcados, regularizados. Nós da Articulação de Povos Indígenas (Apib) entramos com uma Arguição

"O dia que dermos o último suspiro, a humanidade também já não vai conseguir mais respirar"

de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 709), para obter vacinas para todos e o Supremo Tribunal Federal obrigou o Governo Federal a cumprir esse direito. De um lado, há a politização da vacina, de outro, precisamos combater as *fake news*, que desacreditam a eficácia da vacina. Por isso, lançamos a campanha nacional #VacinaParente em defesa de vacinas para todos. Não dá para aceitar doses simbólicas, precisamos garantir a vacinação na totalidade, estamos em 1% da população e a letalidade da COVID-19, entre povos indígenas, foi para 8%; é muito maior do que o restante da população. Para nós, é uma grande ameaça.

RM: Quais são as perspectivas para além da COVID-19?



Célia Xakriabá: "a frente dos povos indígenas não é só uma escolha, é um ato de resistência"

CX: Acredito que há um chamamento da realidade - aqueles que não escutarem o chamado dos povos indígenas, não vão escutar o chamado de mais ninguém. Nesse momento, a luta não é só imunizar, é por reativar o princípio da humanidade. Eu falo que as pessoas que não têm se sensibilizado contra a cegueira social estão morrendo. Mesmo num momento muito difícil, a COVID-19 veio fazer a humanidade enxergar. É urgente para a gente ver que temos um desafio muito grande, que são as mudanças climáticas, vamos ter que enfrentá-las e, se não tiver respiração para os povos indígenas, não vai ter para mais ninguém - o dia que dermos o último suspiro, a humanidade também já não vai conseguir mais respirar.



Pandemia impacta atuação de professoras em todo o país

Pesquisa mostra a precariedade das condições de trabalho

De um dia para o outro, educadoras de norte a sul do país tiveram suas rotinas de vida e de trabalho modificadas e foram desafiadas a se adaptarem a novas condições de atuação durante a pandemia. "Na transição estava todo mundo perdido e tínhamos que repensar as aulas para um modelo que se encaixasse em uma estrutura que não existia e de uma forma muito urgente. A gente não sabia o que fazer", revela Estela Simone Rodrigues de Menezes, 43 anos, professora da rede estadual de ensino em Uruguaiana (RS).

Para entender a realidade vivenciada por elas e pelos demais educadores brasileiros das redes públicas de ensino no período, o Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (Gestrado/UFMG), em parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), realizou, em junho de 2020,

a pesquisa "Trabalho docente em tempos de pandemia".

O levantamento contou com a participação voluntária de 15.654 professores da educação básica, sendo 78% mulheres. A complexidade mostrada diz respeito não apenas ao ensino remoto, mas a pontos relacionados à falta de formação adequada para o novo contexto, à sobrecarga de trabalho e ao próprio sentimento em relação ao momento vivido.

"A transição foi assustadora e exaustiva, lembra Marcela Martins de Melo Fraguas, 36 anos, professora da rede estadual em São Gonçalo (RJ). Assustadora, pois ela se deu em meio a uma pandemia que, por si só, assusta; e exaustiva, pois, assim como os demais professores, acostumados ao "chão da sala de aula", tive de me adaptar a uma nova configuração em um curto espaço de tempo", completa.

A pesquisa apontou que a grande maioria dos respondentes (84%), assim como as professoras

Estela e Marcela, continuou desenvolvendo suas atividades de forma remota. Além disso, 89% não tinham experiência anterior com essa modalidade de ensino. "Foi necessário repensar a educação e suas metodologias de modo a flexibilizar o ensino-aprendizagem, sem perder a humanização e sensibilidade. As mudanças começaram em primeiro lugar na minha 'cabeça'; organizei-me e planejei como eu poderia chegar aos meus estudantes e suas famílias com o mínimo de recursos, equipamentos e estrutura", conta Emanuelle Cristina da Silva Fernandes, 32 anos, coordenadora pedagógica na rede municipal de Pesqueira, Pernambuco (PE), onde trabalha em uma escola no Quilombo Negros do Osso, zona rural da cidade.

Novas ferramentas de trabalho

O uso das tecnologias digitais necessárias para dar aula foi um desafio para os professores, visto que apenas 29% disseram achar fácil ou muito fácil. A nova realidade do ensino exigiu conhecimento para gravar aulas em vídeo, interagir com os alunos por meio das plataformas fornecidas pelas escolas, bem como preencher documentos de acompanhamento das turmas.

"A falta de equipamento adequado para a gravação das aulas para atender remotamente os/as estudantes e o desconhecimento do uso de algumas ferramentas digitais, foram as dificuldades que mais pesaram", aponta Marcela Ferreira de Moura Martins, 42 anos, professora da rede estadual de ensino em Palmas (TO). Ela lembra que, para enfrentá-las, contou com instruções passadas pela Secretaria de Educação – isso depois de já terem sido retomadas as aulas de forma remota – e com um colega de trabalho que se dispôs a repassar o que havia aprendido em um curso sobre mídias digitais.

Para a professora da rede municipal de Goiânia e da rede estadual de Goiás, Edineia



Foto: Acervo pessoal

"Eu esperava a rua silenciar para fazer as gravações das aulas", conta a professora Marcela Martins

*Edineia Pereira
teve que organizar
um espaço em
casa e comprar
equipamentos
novos – sem apoio
do governo*



de Lourdes Pereira, 45 anos, preparar as aulas ficou mais difícil, pois havia a necessidade de adequação às mais variadas maneiras de ministrar. "Postagem em plataformas, em Whatsapp, aulas online, elaboração de vídeos, slides, entre outras. Cada uma requer uma preparação diferente para o mesmo conteúdo", destaca.

Sobrecarga

A jornada que muitas vezes já era extensa, tornou-se exaustiva ao longo do ano. Isso inclusive foi mostrado na pesquisa, em que 82,4% dos professores relataram um aumento nas horas de trabalho. "A sobrecarga de trabalho existiu porque alguns estudantes não tinham acesso à internet e, por isso, tive que fazer dois tipos de planejamento: um que atendesse aos estudantes com acesso à internet e outro que atendesse aos que não tinham acesso", explica a professora Marcela Martins.

Outro ponto mencionado pelas educadoras é a falta de delimitação de horários para o trabalho e/ou atendimento aos alunos. "Meus horários mudaram, passei a ter que atender aluno praticamente o dia inteiro, recebendo mensagens tarde da noite, nos finais de semana e até feriado", relata a professora Edineia

Pereira. Essa rotina também é compartilhada por Estela Menezes – a professora explica que, em sala de aula, quando uma professora responde um aluno, responde todos os outros. "No remoto você responde um por um. É muito mais gente para darmos uma atenção personalizada em um tempo inviável para isso", desabafa.

Trabalho invade a esfera privada

A casa, geralmente um local privado e de descanso, passou a dividir espaço com as atividades profissionais. As salas e quartos da residência viraram as salas de aula virtuais. As horas dedicadas ao trabalho se misturaram com o tempo dedicado à vida pessoal. Sem um tempo-espaço definido para cada coisa, professoras sentiram-se cada vez mais cansadas.

Tudo isso culminou no esgotamento que elas vivenciaram ao longo de 2020. "Para nós, professoras mulheres, a jornada de trabalho triplicou. O cansaço físico e mental foi desgastante e sinalizou várias vezes, de forma negativa, na saúde mental e na relação com as pessoas que compartilham a vida debaixo do mesmo teto", constata a coordenadora pedagógica Emanuelle Fernandes.

Saúde mental

Acúmulo de tarefas, novidades para serem assimiladas em pouco tempo, responsabilidade com os alunos, aumento da carga de trabalho, reuniões com as equipes, preenchimento de documentos somado a um cenário de pandemia – em que o medo e a ansiedade já estão presentes naturalmente –, e a necessidade de dar conta dos outros aspectos da vida, geraram sentimentos diversos nos educadores.

Para avaliar como os profissionais da educação estavam se sentindo nesse momento, a pesquisa trouxe um bloco dedicado ao tema. Apenas 18% dos participantes responderam estar tranquilos. Os demais vivenciaram sentimentos como solidão, medo, insegurança, angústia e apreensão em relação à perda de direitos e garantias.

A professora Estela Menezes conta que já vinha com problemas de ansiedade – inclusive

relacionados a trabalho – teve três ataques de pânico ao longo do período. Ela relaciona o estresse vivenciado nessa fase com o excesso de cobranças e exigências por parte da escola e da Secretaria de Educação e com a falta de privacidade gerada pela sobreposição entre casa-trabalho.

Para a coordenadora pedagógica Emanuelle Fernandes, os dias foram difíceis e acometidos por uma sensação de medo e insegurança que tomou conta dos pensamentos, modo de vida e qualidade das relações. "Desenvolvi uma ansiedade patológica e engordei 10 kg, isso sem falar na compulsão por limpeza. Foi um desencadeamento de várias situações emocionais", conclui.

A sobrecarga mental, a preocupação com o aprendizado dos alunos e as perdas sofridas foram outros elementos elencados pelas demais professoras ouvidas pela Matria.



Ao visitar as famílias, registramos até falta de alimentos, água potável, mobilidade e acesso à saúde, revela a coordenadora pedagógica de uma escola quilombola localizada na zona rural de Pesqueira – PE, Emanuelle Fernandes

Desigualdades ampliadas

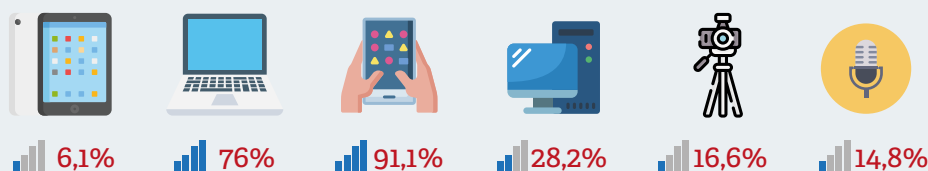
"Não vivemos a pandemia de forma igualitária", reforça a professora Marcela Fraguas. "As desigualdades sociais em nosso país evidenciam isso. A escola oferece a muitos alunos o único alimento que ele terá no dia. Isso já era, infelizmente, um fato. A pandemia só tornou este e outros fatos explícitos". A docente pontua ainda que o ensino remoto depende do acesso à tecnologia, computador, internet e outros recursos não disponíveis a muitos alunos.

A pesquisa mostrou esse cenário ao trazer que, na percepção dos educadores, a participação dos estudantes nas atividades remotas diminuiu drasticamente (38%) ou diminuiu um pouco (46%). Entre os principais motivos, estão

falta de acesso à internet e aos demais recursos necessários (80%), seguido da falta de auxílio das famílias na realização das atividades (74%).

Quando falamos em zona rural, o abismo parece ficar ainda maior. Emanuelle Fernandes reclama da ausência de políticas públicas que atendam, de forma efetiva, a necessidades dos estudantes e professores/as, não apenas quilombolas – realidade da escola em que trabalha –, mas da área rural, muitas vezes invisibilizados diante dos seus direitos. A falta de acesso à internet e aos equipamentos, tanto na escola quanto nas residências, afeta diretamente os resultados. "O ensino remoto nos possibilitou perceber como a ausência de funcionamento da escola impactou na vida dos estudantes e suas famílias", conclui Emanuelle.

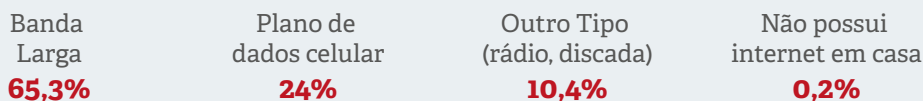
Recursos utilizados para ministrar as aulas a distância



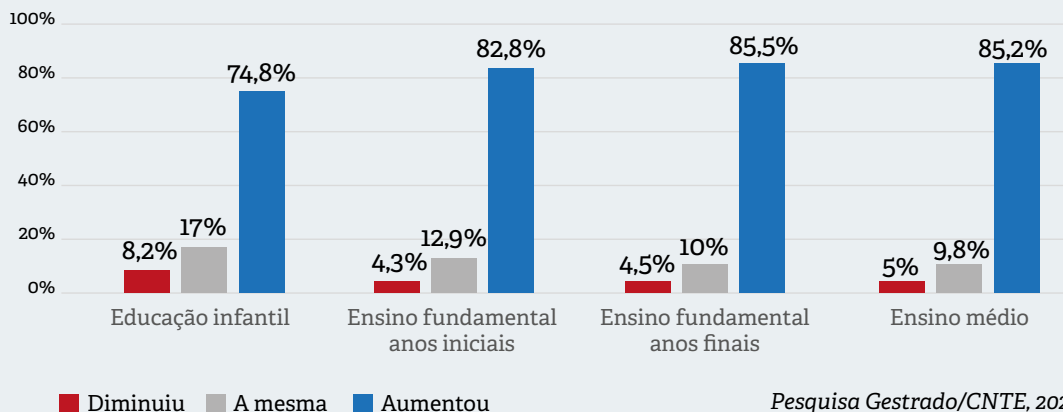
Acesse a pesquisa completa que está no link da página da CNTE

<https://bit.ly/3aXykrp>

Tipo de internet utilizada



Comparação das horas de trabalho no ensino remoto



Pesquisa Gestrado/CNTE, 2020

Preta, pobre e poeta

É tempo de redescobrir o talento da escritora Carolina de Jesus



Foto: Reprodução



Mulher, negra, favelada, catadora de papel e mãe solo, no começo do século passado. E, com todos os percalços dessa vida, Carolina Maria de Jesus se tornou uma escritora de reconhecimento mundial. Nascida em 14 de março de 1914 em Sacramento (MG), numa comunidade rural, era filha de pais analfabetos, Carolina foi a primeira da família a frequentar a escola, aos sete anos, matriculada e custeada por dois anos por Maria Leite, então patroa de sua mãe. Não existiam escolas públicas e Maria fez questão de pagar pela alfabetização de Carolina. Ali, aprendeu a ler e escrever. Assim nascia o gosto pela leitura que a levou à prisão, por duas vezes, ainda criança. Em uma delas, estava lendo um dicionário, mas disseram ser o Livro de São Cipriano, texto que à época era considerado maldito por tratar de "magia contra brancos". Carolina e a mãe foram levadas à cadeia, apanharam, ficaram sem água e comida.

Quando sua mãe morreu, em 1937, ela seguiu – a pé – para São Paulo onde, depois de morar na rua, conseguiu um emprego na casa do médico Euryclides de Jesus Zerbini, precursor da cirurgia de coração no Brasil. Zerbini tinha uma vasta biblioteca em casa e permitia à Carolina ler os livros nos dias de folga. Dizem que aos finais de semana, ela pedia para ficar na casa, instalada na biblioteca. Aos 33 anos, engravidou e não pode mais trabalhar na casa do Dr. Zerbini.

Desempregada e grávida do primeiro filho, João José, instalou-se na favela do Canindé, na Zona Norte da capital paulista. Essa é considerada a primeira favela da capital. Trabalhava como catadora de papel e, nas horas vagas, registrava o cotidiano da favela em cadernos que encontrava no lixo, como diários. Na favela, Carolina construiu sua própria casa, sozinha, com pedaços de madeira, papelão lata e outras coisas que conseguia encontrar no lixo.

Um desses diários se transformou em seu primeiro livro: *Quarto de Despejo - Diário de uma Favelada*, publicado em 1960. A obra virou best-seller. A primeira tiragem foi de dez mil exemplares e esgotou-se em uma semana. Com as reimpressões, vendeu 100 mil cópias em um ano. Desde sua publicação, a obra vendeu mais de um milhão de exemplares, foi comercializada em 40 países e traduzida para 16 idiomas. Carolina de Jesus é a mulher negra que mais vendeu livros no Brasil e no mundo.

Mas a trajetória para chegar à primeira publicação não foi simples. Carolina Maria, ao longo do dia, enquanto vagava pela cidade recolhendo papel, parava nas redações de jornais e rádios para mostrar seus escritos. Apresentava-se dizendo: "Meu nome é Carolina Maria, poetisa preta." Além dos diários, escrevia poesias e músicas. Chegou a cantar e declamar em algumas rádios, mas a virada aconteceu em 1958, quando conheceu o jornalista Audálio Dantas.

O encontro aconteceu no Canindé, quando Dantas buscava fazer uma matéria sobre a vida na favela. Quando teve acesso aos escritos de Carolina, o jornalista se deu conta de já tinha todo o material necessário para falar sobre a localidade. Admirado com a capacidade de expressão de Carolina, resolveu ajudá-la a publicar seu primeiro e mais famoso livro.

O título "Quarto de Despejo" é uma analogia à própria favela, considerada o quarto de despejo da cidade de São Paulo. Todos os indesejados nas regiões nobres eram despejados ali. E foi falando da favela, da fome, das dificuldades com a linguagem da favela, que Carolina Maria conseguiu mostrar seus pensamentos e atingir a população brasileira. Uma das frases marcantes de seu livro traz a relação entre a fome e a escrita: "Quando eu não tenho o que comer, eu escrevo. Todo dia eu escrevo."

Após a publicação e o sucesso de Quarto de Despejo, Carolina se mudou para o bairro de Santana, local de classe média de São Paulo. Ganhou muito dinheiro rapidamente, mas não soube administrar os recursos. Três anos depois, publicou o romance Pedacinhos de Fome e o livro Provérbios, bancados de seu próprio bolso e que não tiveram o mesmo sucesso. Em 1969, mudou-se de Santana para Parelheiros, na Zona Sul da cidade, região que tinha ares de interior e lembrava a infância da autora.

Carolina Maria jamais quis se casar, para não ser submissa aos homens. Teve três filhos, cada um de um relacionamento diferente. Todos os três pais eram homens brancos, sendo que dois eram estrangeiros, que passavam um tempo no Canindé, vindo para comercializar produtos no Brasil. Suas três gravidezes não foram planejadas. Seu primeiro filho foi fruto de seu namoro com um marinheiro português, que a abandonou grávida; o segundo filho, José Carlos, veio de um relacionamento com um comerciante espanhol. A terceira filha, Vera Eunice, foi concebida em seu namoro com um empresário brasileiro.

As três crianças nasceram de parto normal, na cidade de São Paulo, e desde pequenas foram influenciadas pela mãe com o gosto pelos livros e pela leitura. A filha de Carolina, Vera Eunice, tornou-se professora e ainda é viva.

Com a má administração do dinheiro que ganhou, acabou voltando às ruas para catar lixo. Morreu em fevereiro de 1977, aos 62 anos, de insuficiência respiratória, em consequência da asma que sempre a acompanhou. Outros seis livros póstumos foram publicados. Eram, basicamente, compilados a partir dos cadernos e materiais deixados pela autora. Em 2017, sua história foi registrada por Tom Farias em *Carolina - Uma Biografia*, publicada pela editora Malê. O canal GNT produziu um documentário sobre ela: Carolina.



Foto: Reprodução



Carolina Maria de Jesus e sua obra:

Quarto de Despejo (1960)

Casa de Alvenaria (1961)

Pedaços de Fome (1963)

Provérbios (1963)

Obras póstumas

Diário de Bitita (1977)

Um Brasil para Brasileiros (1982)

Meu Estranho Diário (1996)

Antologia Pessoal (1996)

Onde Estaes Felicidade (2014)

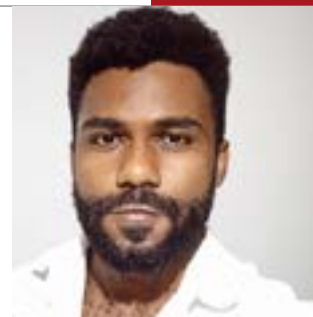
Meu Sonho é Escrever: contos inéditos e outros escritos (2018)



Andrey Roosevelt Chagas Lemos e Bruno Edwin Santana Alves de Melo

Andrey Roosevelt Chagas Lemos é historiador e mestre em políticas públicas

Bruno Edwin Santana Alves de Melo é cientista social



O Racismo, seus desdobramentos e o direito à vida

A história brasileira é marcada por uma sociedade fortemente hierarquizada, por mais de cinco séculos de extermínio de povos indígenas, escravização e exclusão de negros e negras, e de privilégios concedidos aos europeus, que receberam terras, títulos e outros mecanismos de incentivos para trabalhar e construir seus patrimônios. Ao longo desse período, que também foi de luta por parte do povo, o Estado brasileiro implementou diversas formas de perseguição e violação de direitos a negras, negros e indígenas, consolidando uma organização social marcada pelas desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais que ainda hoje incidem na vida do país.

O racismo no Brasil é estruturante pois segregou os que produzem as riquezas dos que usufruem dessas. Também foi institucionalizado ao tornar as instituições públicas - que funcionam de forma intrinsecamente racializada - instrumentos de exclusão. O mito da democracia racial, ainda presente no imaginário da sociedade brasileira, contribui para a negação dessa realidade. De acordo com a filósofa brasileira Sueli Carneiro: "o

racismo penetra os diferentes campos da vida social e produz seus resultados, estruturando profundamente o escopo de democracia no Brasil, reduzindo a abrangência da cidadania por estar na base da criação e manutenção de preconceitos, ou seja, ideias e imagens estereotipadas e inferiorizantes acerca da diferença do outro e do outro diferente, justificando o tratamento desigual (discriminação)."

Na véspera do 20 de novembro de 2020, Dia Nacional da Consciência Negra, o país se chocou com as imagens do assassinato de um homem negro por dois seguranças — um deles policial militar temporário, fora de serviço —, numa loja da rede de supermercados Carrefour, localizada na zona Norte de Porto Alegre. O episódio gerou manifestações de repúdio nas redes sociais e em todo o país. A vítima se chamava João Alberto Silveira Freitas, tinha 40 anos, estava acompanhado da sua esposa e foi espancado até a morte.

Nessa data tivemos a manifestação de indignação de várias personalidades políticas, jurídicas e culturais, além de lideranças sociais. Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e Alexandre de

Moraes também se posicionaram em suas redes sociais. Gilmar Mendes definiu o episódio como um "crime bárbaro".

A Convergência Negra, frente nacional que reúne o maior número de organizações do movimento negro brasileiro, divulgou nota pública exigindo responsabilização civil e criminal, apontando a necessidade de vencer a discriminação *institucionalizada* nas corporações e afirmando que o combate ao racismo passa por mudanças políticas e econômicas.

O caso de Alberto Freitas não é isolado. A população negra está entre os piores e mais perversos indicadores de violência, desemprego, adoecimentos físicos e psicológicos, um genocídio. O racismo é uma arma ideológica, um sistema de poder que produz baixa autoestima, riscos, vulnerabilidades e consequentemente, desigualdades. A marginalização e subalternização da população negra criou no imaginário coletivo a ideia de que um corpo negro é um perigo, não tem lugar, e pode ser descartado sem qualquer direito ou respeito.

O arcebispo sul-africano, Desmond Tutu lembra que "se ficarmos neutros perante uma injustiça, escolhemos o lado do opressor", já a intelectual e ativista negra, Lélia Gonzalez afirmou que "Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo, negros, brancos, todos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos prática de conscientização da discriminação racial neste país, vai ser muito difícil o Brasil chegar efetivamente a uma democracia racial".

A Câmara dos Deputados aprovou a criação de uma comissão externa para acompanhar os desdobramentos do caso de Alberto Freitas, além da realização de uma agenda parlamentar que vem dialogando com os movimentos sociais a fim de eleger ações

afirmativas para o enfrentamento ao racismo no Brasil e a criação de um grupo de trabalho de juristas para propor uma legislação mais efetiva no sentido de coibir os racismos. A rede de supermercados criou uma comissão de lideranças e estudiosos para formular um conjunto de ações de enfrentamento ao racismo a serem desenvolvidas na e pela corporação.

As ações para a preservação e valorização da vida de negros e negras precisam ser transversais e multilaterais, com governos, instituições e sociedade civil atuando em conjunto. Devemos agir favorecendo políticas afirmativas que possibilitem acesso a saúde, renda, educação, terra, entre diversas outras necessidades. Para haver essa possibilidade é necessário que haja figuras comprometidas com um combate profundo ao racismo nos espaços de poder. Negros e negras nos poderes executivo, legislativo e judiciário, que possam proporcionar uma mudança simbólica e estrutural.

A educação é uma ferramenta poderosa e indispensável, tem um papel central no fomento da emancipação do nosso povo, na formação de cidadãos e cidadãs *responsáveis* pela construção de valores e princípios que promovam a equidade de direitos com base na Constituição e nos marcos legais internacionais. É preciso urgentemente implementar a lei 10.639 - que garante o ensino de cultura e história africana e afro-brasileira - como ferramenta para ressignificar o lugar de mulheres e homens negros na sociedade. Um lugar de "não-morte", de resistência, construção e reconstrução, e sobretudo de liberdade.

Como disse a cantora Nina Simone: "Liberdade é não ter medo", liberdade é ter o direito de nascer e viver com dignidade, exercer nossa cidadania, de poder sair das nossas casas e voltarmos vivos.

Pandemia silenciosa: aumenta a violência contra a mulher na América Latina*

COM INFORMAÇÕES DA IEAL



Pesquisas realizadas pela Rede de Trabalhadores em Educação, da Internacional da Educação da América Latina (IEAL), apontam para o aumento dos casos de violência de gênero, durante o período da pandemia, em diferentes países latino-americanos. Esse crescimento coincidiu com as medidas de confinamento, adotadas por conta da emergência sanitária, que levaram as mulheres a conviver com seus agressores.

A secretária-geral adjunta da Internacional da Educação, Haldis Holst, avalia que o impacto econômico da atual pandemia afeta mais às mulheres, e definiu essa violência como uma “pandemia silenciosa”. Os dados foram apresentados durante o Encontro Regional Virtual, realizado em novembro de 2020, com a participação de representantes de todas as organizações filiadas da região. Veja a seguir os principais tópicos apresentados na ocasião.

Argentina

Elizabeth Gómez Alcorta, Ministra da Mulher, Gênero e Diversidade da Argentina, apresentou um balanço da situação de seu país, desde a criação do Ministério sob sua responsabilidade, em dezembro de 2019, e compartilhou as ações de sua gestão, no contexto da pandemia, diante do aumento dos casos de violência de gênero. Dentre as ações destaca-se o Programa de Acompanhamento, que visa dar autonomia econômica às mulheres vítimas de violência de gênero, permitindo a elas romper com as dependências que perpetuam os ciclos da violência. “O Estado deve estar presente e funcionar como instrumento de transformação”, concluiu.

Trabalhadoras em educação

A integrante do Comitê Executivo Mundial da Internacional da Educação, Sonia Alesso, apresentou detalhes da pesquisa realizada pela Confederação dos Trabalhadores em Educação da Argentina (CTERA), intitulada “Saúde e condições do trabalho docente em tempos de emergência sanitária COVID-19”. Segundo o levantamento, 80% dos professores dedicam mais horas ao trabalho, 59% não possuem conexão estável à Internet, 29% não possuem computador ou equipamento adequado para as aulas virtuais. E 90% das professoras trabalhadoras precisam realizar seu trabalho enquanto assumem as tarefas domésticas.

Sônia Alesso relatou que a saúde ocupacional também foi afetada, com casos mais frequentes de fadiga visual, contraturas, dores articulares e musculares, dores de cabeça e outras enfermidades. Na opinião da executiva, a pesquisa forneceu os subsídios necessários para a defesa dos direitos trabalhistas e da qualidade da educação pública.



Costa Rica

Ana Carcedo, ativista feminista e pesquisadora do Centro Feminista de Pesquisa e Ação (CEFEMINA), organização da Costa Rica, avaliou que, no contexto da pandemia, a sobrecarga de responsabilidades domésticas e sociais, tradicionalmente atribuídas às mulheres, é uma espoliação cotidiana: “É uma depredação dos nossos corpos, dos nossos recursos materiais, dos nossos projetos, das nossas ideias”, desabafou a ativista.

Diante dessas desigualdades e situações de violência, Carcedo mencionou a urgência dos homens agirem: “Não precisamos de heróis, precisamos de homens normais; homens normais parando outros agressores do sexo masculino. É preciso que todos nós nos envolvamos nessa luta”, concluiu.

Situações recorrentes

A sobrecarga de trabalho por conta das aulas a distância e do trabalho doméstico, o aumento dos índices de violência e as ações contra a classe trabalhadora por parte dos governos neoliberais foram elementos comuns relatados pela maioria das representantes dos países da IEAL. A crise política no Peru, o caminho para a Convenção Constitucional no Chile, as ameaças e violências contra dirigentes sociais e sindicais na Colômbia e o impacto dos eventos climáticos na Nicarágua, Honduras e El Salvador se destacaram como aspectos particulares da situação regional.

Pesquisa sobre trabalho docente no Brasil

Fátima Silva, secretária geral da CNTE e vice-presidente da IEAL, apresentou os resultados mais marcantes de uma pesquisa realizada entre a CNTE e a Rede Estrado, sobre o trabalho docente em tempos de pandemia. Veja matéria completa sobre o levantamento na página 16, desta edição.

Encontro Regional Virtual da Rede de Trabalhadoras em Educação (REDE) da IEAL, com representantes de todas as organizações filiadas da região.

Aborto legal na Argentina: uma conquista histórica dos movimentos feministas



Solange Avena/Latfem

Movimento feminista "Lenço Verde" comemora a aprovação da Lei

O presidente argentino Alberto Fernández promulgou a Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez e Atenção Pós-Aborto, no dia 14 de janeiro de 2021. Oito dias após sua publicação, no Diário Oficial da República Argentina, a Lei 27.610 entrou em vigor, em todo o país, no dia 24 de janeiro de 2021.


O caminho foi longo: o projeto passou pela Câmara, com 131 votos favoráveis e 117 contrários. Seis parlamentares se abstiveram. No Senado, o projeto de lei, de autoria do Executivo, obteve 38 votos a favor da legalização, 29 contra e uma abstenção.

De acordo com o artigo "Uma vida digna é lei", de Flor Alcaraz, publicado no site feminista argentino Latfem, o primeiro projeto de lei, apresentado no Congresso argentino, para reverter a criminalização e para que o Estado garantisse o direito de interromper a gravidez, foi em 1937. Em 1992, a Comissão pelo Direito ao Aborto apresentou um projeto de lei sobre Anticoncepção e Aborto, por intermédio da deputada da UCR, Florentina Gómez Miranda.

Com a massificação do feminismo, a partir de 2015, tudo foi transbordando e sustentando articulações que antes eram entre poucas. "As pioneiras históricas, as

das gerações intermediárias que colocaram o corpo para garantir as ruas e os acordos, as políticas feministas que apostaram na transversalidade, com os aprendizados de construções que deram a cota, a paridade e a presença no Congresso, somado à irreverência das jovens: tudo colaborou para a conquista desse direito", enumera Flor Alcaraz.

Com a lei aprovada, a Argentina passa a ser o 67º país a legalizar aborto, segundo dados da ONG Center of Reproductive Rights (CRR). Na América do Sul, somente outros três países (Uruguai, Guiana e Guiana Francesa) permitem a interrupção voluntária da gravidez pela vontade da mulher.

An illustration on a teal background showing a woman with long brown hair, wearing a teal jacket and blue pants, running towards the right. She is carrying a large, open book with a yellow cover and white pages. Several smaller versions of the same woman and book are scattered around her, creating a sense of motion and repetition. The overall style is flat and modern.

PAULO FREIRE EM DOIS CONTEXTOS: TENTATIVAS DE INTERDIÇÃO DAS IDEIAS E DAS PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS

Introdução

O artigo objetiva desvelar em dois contextos históricos, notadamente na ditadura civil-militar (1964 – 1984) e nos governos pós-golpe jurídico-midiático-parlamentar (2016 – 2020), porquê Paulo Freire tornou-se alvo de ataques de setores conservadores que procuraram interditar suas ideias e suas práticas.

Freire (o sujeito e a sua produção) foi interditado por setores conservadores no passado ditatorial levando-o ao exílio e à desconstrução de suas ideias com o encerramento de programas de alfabetização. No tempo presente, o movimento Escola Sem Partido (EsP) elegeu Paulo Freire como alvo preferencial. De comum, esses dois períodos históricos têm a instituição de um Estado Policial sob a lógica da criminalização daqueles que manifestam pensamentos dissonantes, notadamente os movimentos sociais e populares, os sindicatos e os partidos políticos progressistas.

Intenta-se desvelar porquê Paulo Freire tornou-se o foco preferencial do movimento Escola sem Partido. Para problematizar essa questão, o presente texto foi organizado em três partes. A primeira seção procura desvelar as ações e as intencionalidades do EsP no campo educacional para compreender como fundamentam as críticas à Paulo Freire. Na sequência, problematiza-se o significado em Freire da não neutralidade da educação e a sua defesa intransigente em torno da acepção "educação é política". O terceiro item examina Paulo Freire como alvo preferencial de práticas autoritárias em dois contextos históricos distintos.

O movimento Escola sem Partido: ações e intencionalidades

A análise do movimento pedagógico autodenominado Escola sem Partido não deve restringir-se às questões educacionais, posto que sua incidência ultrapassa os muros escolares. Nesta perspectiva, o viés ideológico e político do EsP caracteriza-se por: "Um sentido autoritário que se afirma na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais[...]" (FRIGOTTO, 2017, p. 18).

Amalgamado à concepção de Estado Policial, o movimento Escola Sem Partido recorreu à "[...]judicialização da relação entre professores e alunos, tendo, em seguida, passado a pressionar as assembleias estaduais e municipais por projetos de leis que legitimassem suas ideias" (MACEDO, 2017, p. 508).

Com foco na educação básica e no ensino superior, os organizadores do EsP¹ justificam sua criação "para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários". A ação do EsP centra-se no controle dos professores, sem apresentar quaisquer diagnósticos de questões educacionais e/ou propostas para sua melhoria.

Pode-se localizar em meados dos anos 1980, algumas das ideias que servem de base ao EsP. Excertos do livro "Social Democracia e Educação: teses para discussão" de Guiomar Namó de Mello permitem-nos localizar resistências à Paulo Freire e as suas ideias nas instituições educacionais traduzindo, portanto, a ascendência do movimento Escola sem Partido.

Ao encampar a proposta de "Revolução Educacional na perspectiva da Social Democracia", Mello (1990, p. 18) propõe "[...]limpar o debate educacional de invencionices populistas como a chamada escola de tempo integral, bem como retirar esse debate do emaranhado ideológico que tem tomado tempo e energia [...]". Na perspectiva da autora, a educação escolar deve se restringir à transmissão de conhecimentos disciplinares. Contrapondo-se à Paulo Freire, assevera: "Não cumpre à escola formar militantes políticos, nem ela tem poder para determinar o destino social, a ideologia ou o projeto político de cada um" (MELLO, 1990, p. 31).

Localiza-se entre os esforços do EsP para consolidar seu projeto educacional conservador, a iniciativa de emplacar a Ideia Legislativa nº 90.310 sob o título "Revogação da lei que institui Paulo Freire patrono da educação brasileira (Lei n. 12612/2012)" a partir do argumento: "Paulo Freire é considerado filósofo de esquerda e seu método de educação se baseia na luta de classes, o sócio construtivismo é a materialização do marxismo cultural, os resultados são catastróficos e tal método já

1 Ver: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos/>

demonstrou em todas as avaliações internacionais que é um fracasso retumbante", proposta apresentada pela estudante Stefanny Papaiano.

O EsP tem no seu interior pessoas ligadas à auto-denominada "nova direita brasileira", com formação majoritária na área jurídica e sem vínculos com o campo educacional. Embora exista uma base de conhecimento jurídico no interior do grupo, os projetos de lei propostos são eivados de contradições. O Projeto de Lei n. 867/2015 de autoria do Deputado Federal Izalci (PSDB/DF), similar a outros em diferentes entes federados, estabelece que "a educação nacional respeitará o princípio da 'neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado'" (VASCONCELOS, 2016, p. 79). O mais grave deste projeto é desconsiderar o pressuposto intrínseco à democracia escolar, ou seja, a necessidade de a escola tratar os temas de forma diversa e não reproduzir particularismos familiares no espaço da sala de aula. Estas proposições se assemelham aos momentos mais sombrios de nossa história, em que ditaduras instaladas nos países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970, prenderam e torturaram pessoas por divulgar as ideias de Paulo Freire.

Para Penna (2016), o EsP recorre ao uso de terminologias que objetivam deturpar a concepção original, com vistas a desqualificar seu uso. Para exemplificar, o autor destaca um primeiro elemento caracterizado pelo uso de expressões sem definição precisa "de maneira que uma ampla gama de casos possa ser enquadrada usando essas expressões. Cito, como exemplo, os termos: "doutrinação ideológica", "ideologia de gênero" e "marxismo cultural" (PENNA, 2016, p. 94).

Ximenes (2016) apresenta uma série de argumentos para reforçar o caráter ilegal das proposições do EsP referentes à educação, a começar por essa questão da neutralidade da escola. Segundo o autor, "[...] 'neutralidade' não é um valor constitucional, já que é incompatível com a própria definição de Estado Democrático de Direito, que tem no estabelecimento de objetivos políticos, como "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (XIMENES, 2016, p. 52).

Ximenes e Vick (2020) consideram que a recente decisão do Supremo Tribunal Federal, acerca do movimento EsP, encerra uma disputa jurídica sobre a censura nas escolas. Ressaltam que "[...] as decisões do STF reforçam a ideia de que as escolhas pedagógicas são parte do exercício regular da condição docente, sendo inclusive parte de sua liberdade fundamental de expressão na profissão" (XIMENES; VICK, 2020, s/p).

Depreende-se que, na tentativa de inviabilizar a escola pública, o EsP opera a partir de duas estratégias que combinam o embate no plano discursivo e a busca da interdição via judicial de elementos substantivos do currículo, embargando também a atuação dos professores.

O significado em Freire da não neutralidade da educação

Ao analisar o cerne das críticas à Paulo Freire, constata-se que estas se centram na acusação de não neutralidade, de sua filiação à uma ideologia, notadamente de esquerda. Ao lado das questões de fundo moral e religioso, o combate ao componente político da educação é um dos elementos que constituem um dos pontos centrais da atuação do EsP, denominados por eles, em suas definições genéricas e imprecisas como "doutrinação" ou "marxismo cultural".

Para problematizar esse tema, parte-se do conceito de ideologia, pois este contribui para a reflexão sobre os fundamentos da prática educacional. Sem a pretensão de aprofundar esse debate, conceituamos ideologia e como está se articula à prática educacional. Chauí (2016, p. 245) argumenta que "A noção de ideologia pode ser compreendida como um *corpus* de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir". Esta definição insere-se em uma análise mais ampla da sociedade de classes, em que a ideologia legitima a divisão social.

Ao ser questionado sobre a relação entre a educação e a política, Freire ressaltou que a formulação de educação como um ato político foi elaborada ao longo do tempo. O primeiro consta no livro *Educação como Prática da Liberdade*, onde o autor explicita: "não há um momento sequer que eu me refira à politicidade da Educação" (FREIRE; BETTO, 1986, p. 17). Um segundo

momento relatado por Freire "no começo do exílio, no Chile, eu comecei a falar de um aspecto político da educação ou do aspecto político da educação". Por fim, em sua formulação acabada, tem-se "Não, não há um aspecto político; a educação é política. Ela tem uma politicidade, a política tem uma educabilidade, que dizer: há uma natureza política do ato educativo, indiscutível" (FREIRE; BETTO, 1986, p. 17-18).

Importante salientar que o Freire respondeu em várias oportunidades sobre a necessidade de uma educação radicalmente democrática, incompatível com a imposição de opiniões, seja dos grupos reacionários detentores do poder, seja de grupos progressistas que os combatem. O autor afirma que práticas substantivamente democráticas são inconciliáveis com "as atitudes e as práticas elitistamente autoritárias de quem, julgando-se dono da verdade revolucionária, transforma as classes populares em mera incidência de suas palavras de ordem" (FREIRE; BETTO, 1986, p. 64).

Ou seja, em Freire não existe a possibilidade da neutralidade no ato educativo, que sempre carrega em si os posicionamentos implícitos ou explícitos daqueles que formulam e praticam o ensino e a aprendizagem, por outro lado, isso não significa que a escola deva ser um espaço de "doutrinação", como alegam os membros da EsP. A escola realmente democrática não pode ser espaço de imposição de saberes, ou espaço de interjeição de saberes, todos os saberes são importantes e, por isso mesmo, não devem ser ignorados.

Se o EsP se caracteriza pela interdição de alguns temas e imposição de outros para o ambiente escolar, a democracia em Freire tem na tolerância uma chave para a compreensão. Um educador democrático se caracteriza pelo respeito à diferença, esse professor "tem que respeitar e tolerar inclusive a postura politicamente oposta à sua, e testemunhar aos educandos a sua capacidade de conviver com essas diferenças".

A análise da extensa obra de Freire revela sua total concordância com a ideia de que práticas de doutrinação não devem fazer parte da educação, segundo ele: "O que me parece horrível [...] é a militância sectária, realmente intolerante, que não é radical, que ultrapassa a radicalidade e cai no terreno do sectarismo. É esse tipo que

pretende fazer a cabeça dos outros" (FREIRE; GUIMARÃES, 1984, p. 88).

Do ponto de vista conceitual, é necessário aprofundar a questão da neutralidade na educação, pois existe uma acusação explícita de que Paulo Freire não tem uma proposta neutra sobre a educação. Sobre esse aspecto seria pertinente analisar duas questões. A primeira sobre a neutralidade no Movimento EsP e a segunda sobre a ideia de uma educação baseada na neutralidade. Para Frigotto (2016, p. 12), o EsP está longe de ser neutro e apartidário, pelo contrário, trata-se do: "[...] partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres etc".

Este entendimento joga por terra um dos principais argumentos utilizados pela EsP para o combate à Paulo Freire, que reside exatamente na falta de neutralidade de sua proposta educacional.

Portanto, é necessário problematizar os conceitos de neutralidade que embasam a ação educacional, na perspectiva do EsP, uma vez que em uma análise mais acurada pode-se afirmar que não existe ação de neutralidade, seja no campo da ação educativa, seja no campo da ação política mais ampla.

De forma mais específica, Freire (1996) crítica a pretensa neutralidade das práticas educativas qualificadas por ele como um discurso reacionário, contrário à compreensão do próprio mundo. Assim, "o espaço pedagógico, neutro por excelência, é aquele em que se treinam os alunos para práticas apolíticas, como se a maneira humana de estar no mundo fosse ou pudesse ser uma maneira neutra" (FREIRE, 1996, p. 110).

Em síntese, o discurso da neutralidade é na verdade uma forma de esconder determinadas opções teórico-metodológicas ou escolhas políticas, no sentido amplo do termo. Ao docente, carregado de ética, cabe explicitar suas posições, sendo assim ético com seus alunos e com sua prática, o que não pode ser conseguido ao ocultar suas opções e as motivações em adotá-las. Parece evidente que este é o caso do EsP, posto que propagam a neutralidade para ocultar suas opções teóricas, metodológicas e políticas.

Paulo Freire como alvo preferencial do Escola sem Partido

A pedagogia de Paulo Freire está comprometida radicalmente com a democratização substantiva da realidade brasileira. Consiste, portanto, na alternativa pedagógica que melhor expressa, em termos educacionais, a luta por esta democratização substantiva e, é exatamente, à esta democratização substantiva que o movimento EsP se opõe centralmente.

Definimos democratização substantiva a partir das contribuições de Chauí e de Freire. Para Chauí (2019)², a concepção de direito é central na democracia, posto que nas sociedades democráticas o direito não é sinônimo de necessidade, de carência ou mesmo de interesses particulares:

Mas se distingue fundamentalmente do privilégio, que é sempre particular. Os privilégios se opõem aos direitos. A democracia não pode se confinar a um setor específico. Ela determina a forma das relações sociais e de todas as instituições, ela é o único regime político que é a forma social da sociedade coletiva. Uma sociedade não é um simples regime de governo porque há eleições, respeito à vontade da maioria e das minorias. A democracia é uma criação social de tal maneira que determina, dirige e controla o poder dos governantes. Do ponto de vista político, todos os cidadãos têm competência para opinar e decidir. A política não é uma questão técnica nem científica, mas é a ação coletiva, a decisão coletiva quanto aos interesses da própria sociedade. (CHAUÍ, 2019, s/p)

A presença do contraditório é inerente às sociedades que adotam regimes democráticos. Percorrem a sociedade brasileira marcas históricas próprias de uma estrutura antidemocrática, ancorada em elementos como violência e autoritarismo. Embora se configure como democrática, o projeto societário brasileiro aceita

fortemente o princípio da isonomia, mas não o de isegoria, notadamente por esse princípio traduzir o "direito de todos para expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas em público" (CHAUÍ, 2020, p. 2).

A concepção de democracia é central na produção freireana. Na obra "Educação como prática de liberdade" (1967/1977) esse termo é citado 43 vezes. Na acepção de Freire, democracia comporta:

A democracia que, antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe. (FREIRE, 1967/1977, p. 81)

A democracia, portanto, opera com o diálogo e com a participação. Assim, "Falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira" (FREIRE, 1968/1983, p. 52). Freire (1967/1977) assevera que o uso que os setores conservadores fazem da democracia descaracteriza o sujeito e sua participação na sociedade:

Defendem uma democracia sui generis em que o povo é um enfermo, a quem se aplicam remédios. E sua enfermidade está precisamente em ter voz e participação. Toda vez que tente expressar-se livremente e pretenda participar é sinal de que continua enfermo, necessitando, assim, de mais "remédio". A saúde, para esta estranha democracia, está no silêncio do povo, na sua quietude. (FREIRE, 1967/1977, p. 54)

Freire (1967/1977) desvela a deturpação da própria democracia, criando-se um simulacro da realidade, caracterizada por "formas de vida 'mudas', quietas e discursivas, das fases rígidas e militarmente autoritárias".

Para compreender a razão pela qual Paulo Freire foi escolhido como um alvo preferencial pelo movimento

2 Texto derivado de conferência proferida no Seminário Internacional "Democracia em Colapso?", promovido pela editora Boitempo em parceria com o Sesc Pinheiros, em São Paulo no dia 15 de outubro de 2019. Ver: CHAUÍ, Marilena. Saiba mais – agência de reportagem. RAFAEL DUARTE, quarta-feira, 16 de outubro de 2019. Disponível em <https://www.saiba-mais.jor.br/marilena-chau-i-democracia-e-a-unica-sociedade-e-o-unico-regime-politico-que-considera-o-conflito-legitimo/>

EsP é importante recuperar o que aconteceu em relação a Freire no começo da década de 1960, momento marcado pelo avanço dos setores populares e que foram violentamente interrompidos pelo golpe de 1964.

Toledo (2004, p. 15), ressalta a abrangência do golpe de 1964 que, para além do ataque direto à democracia, alvejou intensamente outras esferas, constituindo-se em ação "[...] contra as reformas sociais e políticas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores (no campo e nas cidades); um estancamento do amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país". Para Fernandes (1980, p. 113), "O que se procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada [...]".

Paulo Freire foi um dos primeiros brasileiros punidos pelo regime autoritário. O "Programa Nacional de Alfabetização", instituído por meio do Decreto nº 53.465 de 21 de janeiro de 1964 e que deveria empregar o "Sistema Paulo Freire para alfabetização em tempo rápido", foi extinto pelo 'novo' regime, logo após o golpe de Estado em 1 de abril de 1964. Mas, de fato o "Programa Nacional de Alfabetização" foi um dos elementos mais importantes que levaram os setores golpistas a organizarem o golpe.

Se a participação das massas alfabetizadas já alterava substancialmente o quadro das relações de poder, que ocorreria se fosse permitida a participação do conjunto das classes populares? Para os grupos da direita, isto parecia significar o fim da democracia. Em verdade, poderia significar o começo de uma verdadeira democracia para o povo e o fim da história política de muitos dos setores privilegiados. (FREIRE, 1977, p. 54)

A interrupção e a consequente anulação de projetos de alfabetização popular foram práticas discricionárias da ditadura civil-militar. A esse respeito, Haddad e Di Pierro (2000, p. 113), ressaltam que "O golpe militar de 1964 produziu uma ruptura política em função da qual os movimentos de educação e cultura populares foram reprimidos, seus dirigentes, perseguidos, seus ideais, censurados".

A análise de Freire sobre o analfabetismo marca uma diferença substantiva em relação ao regime autoritário:

Para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma "chaga", nem uma "erva daninha" a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta. Não é um problema estritamente linguístico nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político, como a alfabetização por meio da qual se pretende superá-lo. Proclamar sua neutralidade, ingênua ou astutamente, não afeta em nada a sua politicidade intrínseca. (FREIRE, 1982, p. 15-16)

Teixeira (2012, p. 1) considera que o regime militar operou como "força repressiva contra uma das mais ricas, fecundas e criativas experiências de alfabetização de adultos do país". A ação preferencial centra-se na extinção da política de educação popular originária do Governo Goulart (1961 – 1964).

Depreende-se que a associação da educação de jovens e adultos como "instrumento da luta política" tornou tanto os programas e projetos como os seus idealizadores e participantes em "inimigos" do regime militar. Assim, "Logo após o golpe, durante a chamada Operação Limpeza, foram muitos os militantes e coordenadores presos. Professoras, monitores e funcionários também sofreram com as perseguições da ditadura" (TEIXEIRA, 2012, p. 5).

Uma análise mais acurada permite-nos afirmar que para além do ataque direto aos programas e políticas de alfabetização de jovens e adultos e ao próprio Paulo Freire, os militares tentavam eliminar qualquer pensamento dissonante: "[...] para os novos mandatários do poder, alfabetização não deveria ter relação com a política e muito menos quando coordenada por grupos e políticos de esquerda" (TEIXEIRA, 2012, p. 10).

Esclarecido que o golpe de 64 foi em grande medida um golpe contra Paulo Freire, vejamos que, de certa forma, isto se repete com a escolha de Paulo Freire como um alvo preferencial pelo movimento Escola Sem Partido. Também vivíamos, como no início da década de 1960, um avanço considerável das forças populares em direção a esta democratização substantiva da sociedade brasileira, e como em 1964, os setores privilegiados se organizaram para o golpe.

Considerações Finais

Procurou-se, neste texto, destacar porquê no contexto atual brasileiro o movimento EsP elegeu Paulo Freire como um de seus alvos preferenciais, procurando analisar alguns fundamentos que embasam essas práticas, com paralelos com a perseguição à Freire no período da ditadura civil-militar no período de 1964-1985.

É certo que a perseguição à Paulo Freire nestes diferentes momentos históricos, tem uma base autoritária, uma ideia de controle sobre o diferente, o considerado subversivo. A esse respeito, Freire (1986) afirma sobre os governos iniciados em 1964: "Sempre digo que o regime militar, que se implantou entre nós a serviço do sistema capitalista, não inventou o autoritarismo. É indiscutível, porém, que deu à tradição autoritária que nos marca uma excepcional contribuição" (FREIRE; BETTO, 1986, p. 63-64).

Sob a acusação de uma educação sem neutralidade, uma educação carregada de sentidos políticos, Freire foi e ainda é atacado, mais pelo que representa do que pela sua real influência nos processos educacionais do tempo presente.

Portanto, cabe, a partir do que foi explanado, uma síntese sobre o que representa a figura e as ideias de Paulo Freire, considerando que as "acusações" que recebe são realmente o elemento central de seu pensamento. O diálogo no ato educativo é central no pensamento freireano, a educação é política e como tal nunca é neutra. Todo ato educativo vem carregado de sentidos, cabendo ao educador explicitar suas opções por meio do diálogo e do respeito à diversidade de opiniões presentes na sociedade. Freire salienta que o diálogo se dá entre iguais, entre saberes não hierarquizados. Portanto, não existe saberes melhores que outros, saberes mais válidos que outros, existem saberes diferentes sobre o mundo.

Tem-se, assim, que opções autoritárias que visam impor determinada concepção de sociedade, opções que visam interditar determinados temas nas práticas educativas são incompatíveis com a perspectiva freireana, na medida em que a educação em Freire é essencialmente democrática, é baseada no diálogo, é a busca da realização da potencialidade do ser humano, o "ser mais".

Referências

1. BRASIL. Decreto nº 53.886, de 14 de abril de 1964. Revoga o Decreto n. 53.465, de 21 de janeiro de 1964, que instituiu o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura. Diário Oficial da União, Seção 1, 14/4/1964b, p. 3313 (Publicação Original). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53886-14-abril-1964-394182-publicacaooriginal-1-pe.html>
2. CHAUI, Marilena. Comunicação e Democracia. In: Conferência Nacional Lula Livre: Vencer a Batalha da Comunicação. São Paulo, 13 e 14 de abril de 2020. Disponível em <https://pt.org.br/marilena-chauicomunicacao-e-democracia/>
3. CHAUI, Marilena. **Saiba mais – agência de reportagem. RAFAEL DUARTE**, quarta-feira, 16 de outubro de 2019. Disponível em <https://www.saibamais.jor.br/marilena-chauidemocracia-e-a-unica-sociedade-e-o-unico-regime-politico-que-considera-o-conflito-legitimo/>
4. CHAUI, Marilena. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, vol. 42, nº. 1, 2016.
5. FERNANDES, Florestan. **Brasil, em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.
6. FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
7. FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.
8. FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
9. FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre educação: diálogos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984. Volume II.
10. FREIRE, Paulo; BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida**: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1986.
11. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia – saberes necessários à prática educativa**. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

12. FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola "sem" partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.
13. HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, Aug. 2000. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200007&lng=en&nrm=iso>. access on 19 July 2020.
14. MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do movimento Escola Sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. **Educação & Sociedade**, vol. 38, núm. 139, abril-junho, 2017, pp. 507-524.
15. MELLO, Guiomar Namó de. **Social Democracia e Educação**: teses para discussão. 2ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1990.
16. PENNA, Fernando. O ódio aos professores. IN: SOUZA, A.L.S. et al. **A ideologia da Escola sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Autores Associados, 2016.
17. TEIXEIRA, Wagner da Silva. Quando ensinar a ler virou subversão: a ditadura e o combate ao combate do analfabetismo. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/analais/24/1340763408_ARQUIVO_WagnerTeixeira_textocompleto.pdf
18. TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. **Rev. Bras. Hist.** São Paulo, v. 24, n. 47, p. 13-28, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 18 de julho de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100002>.
19. VASCONCELOS, Joana Salém. A escola, o autoritarismo e a emancipação. IN: SOUZA, A.L.S. et al. **A ideologia da Escola sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Autores Associados, 2016.
20. XIMENES, Salomão. O que o direito à educação tem a dizer sobre "escola sem partido"? IN: SOUZA, A.L.S. et al. **A ideologia da Escola sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Autores Associados, 2016.
21. XIMENES, Salomão; VICK, Fernanda. A extinção judicial do Escola sem Partido. **Le Monde Diplomatique**, Edição 156, 1 de julho de 2020, Brasil. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-extincao-judicial-do-escola-sem-partido/>



ANDRÉIA NUNES MILITÃO

Doutora em Educação (UNESP)
 Professora Adjunta da UEMS
 Docente vinculada ao PPGEDu/FAED/UFMG
 Líder do GEPPEF-UEMS/UFMG
 Membro da diretoria da Anfope (2021-2023)



CRISTIANO AMARAL GARBOGGINI DI GIORGI

Doutor em Educação (USP)
 Livre Docente - Unesp
 Professor Titular aposentado - Unesp
 Professor UNOESTE atualmente
 Sócio fundador e ex diretor da ONG Ação Educativa
 Autor de vários livros, capítulos de livros e artigos científicos
 Orientou 10 doutorados e 32 mestrados
 Orienta atualmente 2 doutorados e 6 mestrados.



Ilustração: Shutterstock

Na luta por direitos e contra a violência

Em casa ou na política, elas convivem com agressões e têm sua existência ameaçada

Em um ano marcado por uma pandemia, muitas mulheres se depararam com ainda mais uma ameaça: a violência contra elas. Com a necessidade do distanciamento social, muitas ficaram presas em casa com os seus agressores. O resultado foi o aumento de casos de violência doméstica no período. Em 2020, ocorreram também eleições municipais e, mais uma vez, a presença de mulheres nos espaços e na disputa política foi marcada por ataques a elas.

“Toda mulher que decide fazer política partidária sofre violência política de gênero. Normalmente, isso ocorre quando se desconsideram as ideias políticas tratadas pelas candidatas e passam a fazer considerações pejorativas sobre o seu visual, sobre sua vida moral”, declara a líder do PCdoB na Câmara, deputada **Perpétua Almeida (AC)**.

“À medida que a mulher vai se afirmando, os métodos e a violência crescem. São Fake News, gritos em reuniões, podendo chegar a ameaças, na tentativa de amedrontar as mulheres”, completa.

Foto: Divulgação / Câmara dos Deputados



“A mulher vai se empoderando e vai sofrendo as consequências de ocupar o espaço. Mas ela só vai ocupar o espaço se fizer esse confronto”, destaca a deputada professora Rosa Neide (PT-MT). “A chegada de uma mulher é a saída de um homem e isso acirra a disputa”, avalia a parlamentar, que diz que mesmo sendo 51,8% da população, segundo dados da PNAD Contínua 2019, as mulheres ainda ocupam poucos cargos eletivos.

Nas últimas eleições, o crescimento foi tímido; apenas 33,6% das

candidaturas foram de mulheres, percentual ligeiramente maior que o registrado em 2016 (31,9%). Elas vão comandar 658 prefeituras (cerca de 12% das cidades) e ocupar 9.196 cadeiras nas câmaras municipais, o que representa 16% contra 84% de homens, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No entanto, se falta representação, sobram casos de violência política de gênero, que se iniciam na campanha e seguem até o exercício do mandato, para aquelas que chegam a ser eleitas. “Acaba se reservando a elas o espaço privado do lar, e nega-se o espaço público, mais ainda o espaço de poder”, lamenta Perpétua Almeida. “As mulheres são desestimuladas a entrar na política, são destratadas nos partidos e têm que brigar para serem ouvidas, mesmo quando eleitas. Sofrem ameaças verbais, físicas e, muitas vezes, atentados e mortes, como foi o caso da vereadora Marielle Franco. Na última eleição, diversas vereadoras eleitas denunciaram à polícia as ameaças que vêm sofrendo”, completa a deputada acriana.

Além disso, segundo ela, o governo Bolsonaro caracteriza-se pelo autoritarismo na política, o ultraliberalismo na economia e a pauta retrógrada nos costumes. “Isso impacta especialmente as mulheres, com a perda de direitos, com o desmonte de políticas públicas contra a violência de gênero e a propagação de um papel conservador para elas”, observa.

Legislação

Em dezembro de 2020, a Câmara dos Deputados aprovou nove projetos prioritários, escolhidos pela bancada feminina para marcar os 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, entre eles, o Projeto de Lei 349/15 que dispõe sobre o combate à violência e à discriminação político-eleitorais contra a mulher. A matéria aguarda análise do Senado Federal.



Entre outros pontos, o texto define o que seria a violência política contra a mulher e criminaliza condutas que possam impedir ou dificultar a campanha ou desempenho de mandato eletivo de mulheres. A pena prevista é de um a quatro anos e multa, podendo ser aumentada em 1/3 se for gestante, idosa ou com deficiência.

“Essas legislações são importantíssimas porque são inibidoras de atitudes discriminatórias e violentas que as mulheres enfrentam na sua caminhada política”, avalia a deputada Perpétua Almeida.

Na opinião da deputada professora **Rosa Neide (PT-MT)**, esse enfrentamento é fundamental para

trazer mais mulheres. “A presença da mulher nos espaços de poder, nos espaços eletivos, ajuda com que outras se encorajem, se empoderem e ocupem esses espaços”, comenta.

Em casa, mas desprotegidas

Além dos casos de violência política, com a restrição do ir e vir imposta pela pandemia, um outro fenômeno dá as caras: a exposição ainda maior da mulher a episódios de violência doméstica. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020, 648 mulheres foram vítimas de feminicídio no primeiro semestre do ano passado – número 1,9% maior que o mesmo período de 2019.

Segundo noticiado pela ONU Mulheres, diversos países registraram crescentes denúncias de violência doméstica, durante o período da pandemia, e um crescimento na demanda por abrigo de emergência. Em Cingapura e Chipre, as linhas de apoio tiveram um aumento de chamadas em mais de 30%.

No Brasil, o anuário apontou um aumento de 3,8% nas chamadas para o 190 relacionadas a casos de violência doméstica, e uma queda de 9,9% dos registros nas delegacias, o que demonstra possivelmente a dificuldade que as mulheres têm encontrado para se deslocar até os pontos de denúncia.

Renata Albertim, diretora do *Mete a Colher*, rede colaborativa que ajuda mulheres vivendo em relacionamentos abusivos e tem prestado atendimentos on-line durante a pandemia, reforça

que tem notado esse obstáculo. “As mulheres passaram a estar 24 horas do dia com o agressor e estão sem conseguir pedir ajuda, até mesmo falar no próprio celular”, alerta.

Outro desafio, neste momento, é a falta de investimento na rede de atendimento, segundo a vice-presidente do Instituto Maria da Penha (IMP), Regina Célia. “Os serviços da rede de proteção não funcionam a contento, porque os recursos são baixos”, adverte. Ela destaca a necessidade de investir mais na atualização e formação dos profissionais que trabalham nos pontos de atendimento à mulher, bem como na ampliação da infraestrutura da rede para que chegue em mais municípios.

De acordo com a socióloga Silvia Camurça, do coletivo *SOS Corpo Instituto Feminista para Democracia*, é preciso lutar no plano local pelas redes de assistência e pautar a necessidade de investimentos federais na proteção da vida das mulheres.

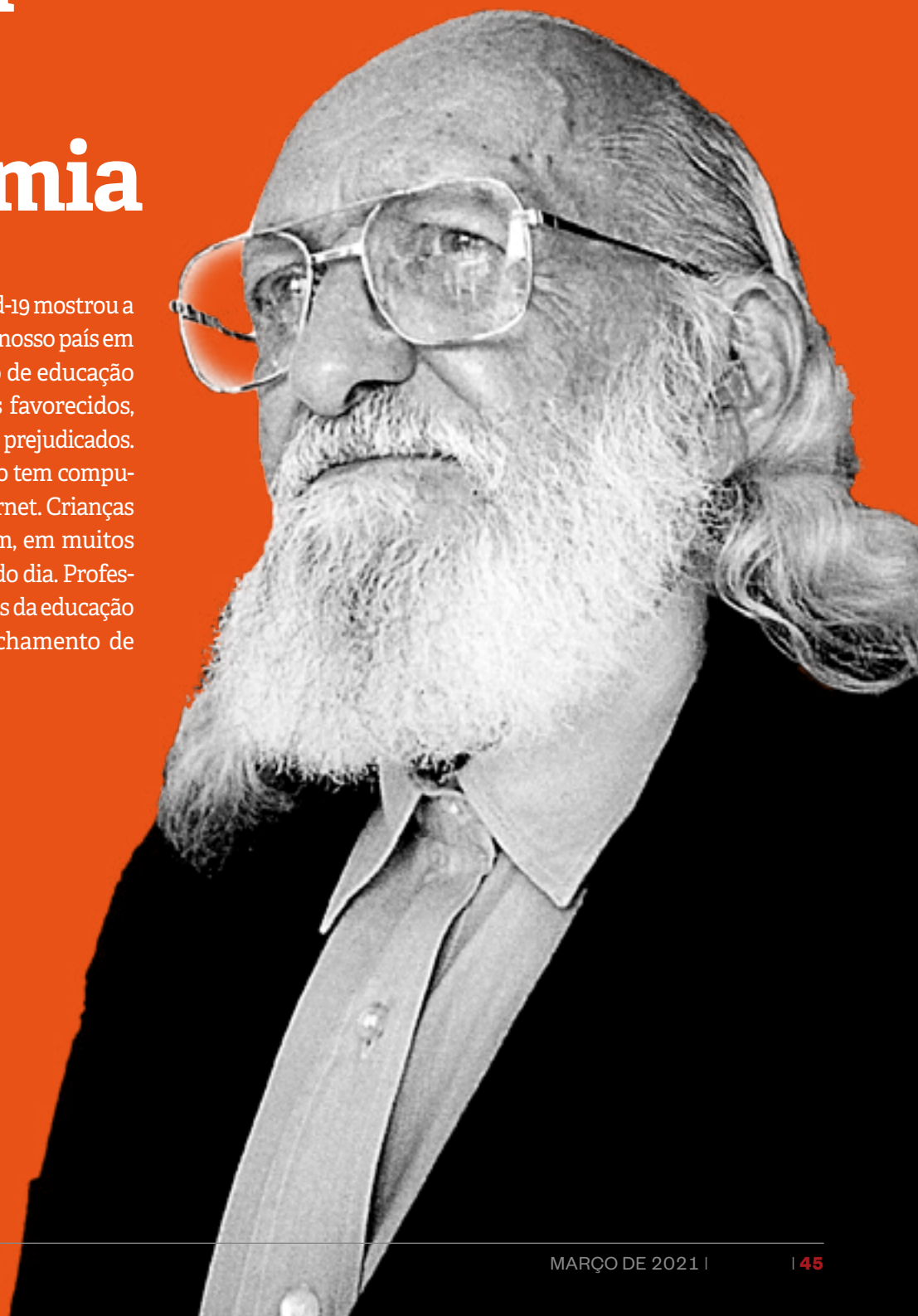
Como procurar ajuda?

Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher (denúncias orientações e informações)

Ligue 190 – Polícia Militar (emergências)

Educação Freiriana é saída para a pandemia

A pandemia da Covid-19 mostrou a triste realidade do nosso país em relação ao projeto de educação governamental. Os menos favorecidos, mais uma vez, foram os mais prejudicados. Aulas online para quem não tem computador, celular e sinal de internet. Crianças fora da escola onde tinham, em muitos casos, a única alimentação do dia. Professores e demais trabalhadores da educação desempregados com o fechamento de escolas e creches.



Paulo Freire estabeleceu uma conduta educacional de inquietação e questionamento. Por causa disso, o professor José Batista, da Universidade Federal de Pernambuco, acredita que o momento de pandemia é propício para que a educação freiriana seja fortalecida. "Paulo Freire foi um homem da pós pandemia anterior, lá no início do século XX. E a partir daí, construiu uma pedagogia rica, vigorosa e rigorosa. Ele nunca pensou uma educação para, mas com a população e com os trabalhadores da educação. Por isso, a democratização é uma pauta presente no pensamento de Paulo Freire", disse o docente durante *live* realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Seguindo o mesmo pensamento, a professora Ana Maria Saul, coordenadora da Cátedra Paulo Freire da PUC-SP, diz que é essencial, para o atual momento, investigar e trazer elementos que mostram como o pensamento de Freire influencia e adentra as redes públicas de ensino. "Precisamos reinventar o pensamento e a prática de PF mantendo os princípios e valores fundamentais do autor", destacou durante *live* da CNTE.

Já a professora Lúcia Alvarez, da UFMG, lembra que a questão da escola não se resume aos conhecimentos e conteúdos transmitidos, mas sim às pessoas. "Precisamos nos preocupar com os sujeitos: alunos, professores e demais trabalhadores da educação. A sensação é a de que algumas pessoas são invisíveis quando vemos os debates sobre educação", destacou durante a *live* da CNTE.

Lúcia Alvarez questiona, ainda, a falta de voz de minorias no processo educacional. "A leitura do mundo precede a leitura da palavra. Mas se pensarmos, quem tem direito, hoje, de pronunciar o mundo? Quais são as vozes que

efetivamente são ouvidas e consideradas neste espaço público?", questionou.

Neste sentido o professor José Batista lembra da necessidade, presente em todo o pensamento freiriano, do diálogo. Para ele, o país – enquanto projeto de governo – perdeu a capacidade de dialogar, ouvir divergências e ponderar. "O diálogo é muito importante para que diferentes vozes sejam ouvidas. Não podemos viver em um monólogo impositivo. O diálogo é uma ferramenta de construção. Precisamos restaurar isso no Brasil, com gosto pelas posições divergentes, sem que se tenha ódio do diferente", afirmou.

Para os especialistas, o pensamento de Paulo Freire para a pandemia seria o de inclusão e de pensar territorialmente. A professora Lúcia questiona qual é o projeto de educação neste momento. "Falta computador e internet, mas se tivesse, é esse modelo que a gente quer? Um modelo tecnicista?", questiona.

Segundo ela, um exemplo interessante durante a pandemia foi o de uma aldeia indígena em Minas Gerais, que adotou a educação familiar, uma vez que toda família tem ao menos um professor. "Nesse trabalho, não interessa o conteúdo e idade dos alunos. Todos aprendem juntos, numa formação humana e não técnica".

Por fim, Batista diz que a educação de Freire é esperançosa e por isso deve ser levada sempre em frente. No entanto, é necessário colocar em pauta alguns princípios fundamentais para o período atual: educação não pode ser vista como serviço, mas direito fundamental básico; o financiamento público dos níveis da educação; a formação dos trabalhadores da educação; a valorização do grupo profissional do magistério, com níveis salariais e carreiras; a revisão de currículos; e a gestão democrática dos temas e da escola.



100° ANIVERSÁRIO PAULO FREIRE 1921-2021

Acesse o site
Centenário Paulo
Freire:

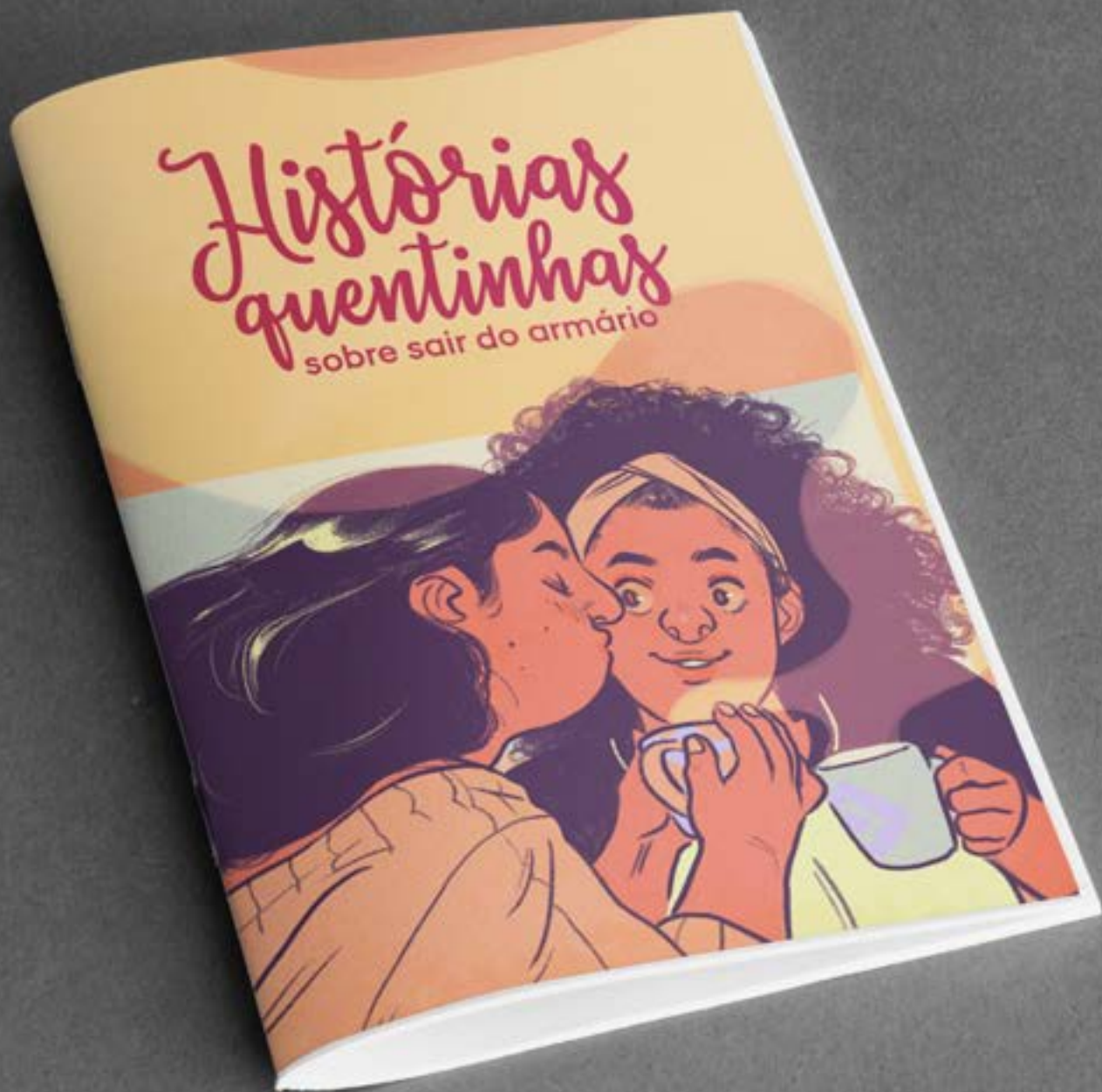


Centenário de Paulo Freire

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) incorpora ao seu calendário de atividades a Jornada Latino-Americana de luta em defesa da educação pública, gratuita, laica e emancipadora, contra a mercantilização e privatização: rumo ao centenário de nascimento de Paulo Freire. O encontro está marcado para os dias 19 e 20 de setembro, respectivamente na Praça do Carmo e na Universidade Federal de Pernambuco.

Convocada pela Internacional da Educação para América Latina (IEAL) e pela Rede Latino-Americana de Estudos sobre o Trabalho Docente (RED ESTRADO) em 2017, esta mobilização continental defende a memória de Paulo Freire, nosso patrono nacional da educação, tão atacado nos dias de hoje no país. No centenário do nascimento de Paulo Freire, em 2021, a América Latina se reunirá no Brasil para recordar e manter vivo o legado do professor Freire.

Representatividade em todos os sentidos



Aumenta a procura por histórias em quadrinhos que retratam personagens LGBTQIA+ de forma acolhedora e mais diversificada

**LGBTQIA+: lésbicas, gays, bissexuais, trans e travestis, queers, intersexuais, assexuais e todas as demais existências de gêneros e sexualidades*

Conversamos com duas artistas que estão lançando publicações com personagens LGBTQIA+ que fogem dos clichês e vão conquistando o grande público. **Ellie Irineu** é uma quadrinista de Campo Grande (MS) e atualmente organiza a coletânea "Histórias Quentinhas Sobre Sair do Armário". **Luiza de Souza** - conhecida como Ilustralu - é de Currais Novos (RN) e atualmente mora em Natal. Ela lançou a webcomic "Arlindo" nas redes sociais digitais, onde conquistou apoio de fãs para produzir a versão impressa desta história em quadrinhos. Veja a seguir o que elas contam sobre suas obras.

Ellie Irineu

Instagram: @ellie.irineu



Mátria - Como surgiu a ideia de produzir essas "Histórias Quentinhas Sobre Sair do Armário"?

Ellie Irineu - Eu e as outras autoras do primeiro livro estávamos cansadas de ver histórias sobre pessoas LGBTQIA+ sempre contadas por pessoas cis hétero, sempre da mesma maneira e com os mesmos problemas. Essas histórias são feitas para um público cis hétero, para satisfazer a visão deles de pessoas LGBTQIA+ como algo exótico e incapaz de resolver seus próprios problemas. Queríamos criar algo para o público LGBTQIA+, feito por pessoas LGBTQIA+, onde esse público pudesse se identificar de verdade com as histórias.

M - Quais são os principais estereótipos de personagens LGBTQIA+?

EI - A maior parte das histórias de personagens LGBTQIA+ na grande mídia caem dentro de estereótipos trágicos de uma maneira ou outra: repletas de culpa, com personagens que muitas vezes morrem

no final, perdem pessoas queridas, e passam a vida triste. Não que histórias assim não existam na vida real, mas não existem na proporção em que são mostradas. É uma visão hétero e cis de um grupo que esses escritores querem sempre mostrar como coitados, indefesos, e doentes. Mesmo pessoas bem intencionadas caem nessas armadilhas narrativas, e daí vem a importância de histórias escritas por pessoas LGBTQIA+ que retratem sua vivência como um todo, mostrando não apenas as dificuldades mas também os outros momentos.

M - Quem são os leitores dessas histórias?

EI - A maior parte do público é LGBTQIA+ e isso é parte da proposta. Com tantas histórias feitas exclusivamente para um público hétero, eu senti que já era hora de fazer um trabalho que fosse voltado para o público LGBTQIA+, onde essas pessoas que com tanta frequência são esquecidas fossem o alvo desde a criação do projeto até a divulgação.

Ellie Irineu: "Hoje estamos em uma situação onde essas pessoas LGBTQIA+ que cresceram buscando representatividade em histórias que não eram suficientes agora são também os novos criadores de conteúdo, e temos toda essa geração de pessoas fazendo um esforço enorme para compensar essa falta"



Foto: Acervo pessoal

Boa parte do público está na faixa dos 20-30 anos, mas o livro também chega na mão de pessoas mais novas e mais velhas. Certa vez uma adolescente comprou um exemplar e disse que ia precisar esconder dos pais, mas que não via a hora de ler. Por um lado é uma situação bem triste, mas ao mesmo tempo fiquei muito feliz de saber que mesmo assim ela estava conseguindo consumir esse tipo de conteúdo e se sentindo representada por ele. Quando eu tinha a idade dela, eu não tinha essa opção.

M - Como você avalia a representatividade de personagens LGBTQIA+ nos quadrinhos: é um debate mais recente, ele vem crescendo, é uma coisa muito de nicho ou é algo que também a sociedade em geral está mais aberta para olhar essas histórias com mais naturalidade?

EI - O público LGBTQIA+ sempre foi muito sedento por representatividade, e procurava representação em qualquer lugar onde houvesse um personagem vagamente LGBTQIA+. Qualquer pessoa que consome quer representatividade. Mas alguns grupos (pessoas cis, hétero e brancas) sempre a tiveram e nunca nem perceberam. Porém hoje estamos em uma situação onde essas pessoas LGBTQIA+ que cresceram buscando representatividade em histórias que não eram suficientes agora são também os novos criadores de conteúdo, e temos toda essa geração de pessoas fazendo um esforço enorme para compensar essa falta. Ainda tem muito caminho a ser andado, mas cada vez mais vejo histórias sobre pessoas LGBTQIA+ fazendo sucesso, e personagens LGBT dentro de outras mídias já famosas.

M - Na sua opinião qual o papel das escolas para reduzir ou até eliminar os preconceitos de orientação sexual ou de gênero?

EI - Eu acho extremamente necessário que se converse

desde cedo sobre essas questões, principalmente com quem não é LGBTQIA+. Enquanto pessoas cis e hétero não forem ensinadas a respeitarem pessoas LGBTQIA+, elas vão continuar agredindo e matando essas pessoas ao longo da vida. Acabar com o preconceito é problema das pessoas cis hétero: afinal, são elas que o propagam. Parte da função da escola deveria ser de ensinar os alunos sobre diversidade, além de fazer um esforço real para incluir as pessoas que fogem desse padrão cis hétero da sociedade. Para bem ou para mal, tudo começa na educação.

Luiza Souza

Instagram: @ilustralu

Revista Matria - Como surgiu a ideia de produzir a webcomic Arlindo?

Luiza Souza - A ideia de Arlindo veio depois do resultado das eleições de 2018. Eu tinha começado a fazer algumas tirinhas, na intenção de mostrar como o discurso de ódio era nocivo pras crianças que ouviam. Essas tirinhas se tornaram meio que um estudo de personagem para o que seria o Arlindo da webcomic, adolescente e com uma história que precisava ir além do reflexo desse discurso de ódio, como bem disse o Emicida: "Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes". Arlindo veio como um primeiro passo para construir espelhos e conversas.



M - E o caminho para a produção da HQ impressa?

LS - O convite para fazer a versão impressa da webcomic veio depois da minha participação na FLIPOP, evento de literatura pop organizado pela editora Seguinte. Com a pandemia, os eventos que eram sempre no sudeste foram pro online e eu (que moro em Natal) pude estar presente. O pessoal da editora conheceu Arlindo e a gente começou a pensar junto como seria o impresso.

M - Quem são os leitores do Arlindo?

LS - Acredito que os leitores de Arlindo vão desde pessoas como eu - que cresceram sem ter espelhos como esse pra se enxergar quando

Luiza Souza: "Acredito que os leitores de Arlindo vão desde pessoas como eu - que cresceram sem ter espelhos como esse pra se enxergar quando eram mais jovens, ao público mais novo que se vê nesses personagens e pode construir uma relação mais positiva com a própria história."



Foto: Acervo pessoal

eram mais jovens, ao público mais novo que se vê nesses personagens e pode construir uma relação mais positiva com a própria história. Arlindo puxa você pela mão pra mergulhar na história e olhar o mundo com a perspectiva dele, gosto de pensar que não é necessário fazer parte da comunidade LGBTQIA+ pra se encantar com ele, ou com a mãe, a vó, a tia, ou os amigos dele.

M - Como você avalia a representatividade de personagens LGBTQIA+ nos quadrinhos?

LS - Com a internet houve uma horizontalização da produção de conteúdo em diversas mídias e com o quadrinho não foi diferente. A boa

representatividade costumava estar no quadrinho alternativo, independente, nas webcomics e estão aos poucos tomando seu lugar no mercado. Fun Home (Alison Bechdel) e Nimona (Noelle Stevenson) por exemplo, se tornaram best-sellers no mundo todo e abriram portas não só para que outros quadrinhos com personagens e enredos LGBTQIA+ fossem traduzidos no Brasil, mas também para que autores nacionais que fazem narrativas assim sejam publicados também. A gente ainda é carente dessas histórias, das histórias boas, que nos percebem como pessoas inteiras e não só uma parte.



Momentos felizes em "Histórias Quentinhas Sobre Sair do Armário"



Edith Modesto

Profa. Dra. e Mestre em Semiótica e Linguística Geral (USP); Psicanalista; Especialista em Gerontologia; Escritora.

Os idosos LGBTQs e a pandemia

Como a maioria sabe, **LGB** são iniciais que se referem a "orientações sexuais". Orientações, porque **Lésbicas** e **Gays** são pessoas que se sentem atraídas afetivamente e sexualmente por pessoas do mesmo gênero que elas, diferentemente dos heterossexuais que se sentem atraídos por pessoas do outro gênero; **Bissexuais** são pessoas que se sentem atraídas afetivamente e sexualmente por qualquer dos dois gêneros: masculino e feminino.

O **T**, de transgênero, se refere à "identidades de gênero". Identidades, porque temos as evidências de que nem sempre o gênero da pessoa é aquele que suas características físicas apontam. Por isso o prefixo "trans".

Dizem que "trans" se refere à transição entre um gênero e outro, mas minha grande amiga trans, Letícia Lanz, (psicanalista, escritora, mestra em Sociologia), afirma que trans é prefixo de transgressão, já que, nas culturas como a nossa, há regras do que se deve ser e a maioria crê que as características físicas sempre determinam o gênero de alguém. Trabalhando há 30 anos com gênero, também sei que não é bem assim.

Sabemos que ainda no século XXI, há muita gente que não aceita a diversidade de identidades de gênero e de orientações sexuais. Achar que é escolha, que é "sem vergonhice", que é pecado, etc. A isso, denomina-se preconceito.

Assim, um dos objetivos desse artigo é esse: divulgar que as pessoas são mais complexas do que se imagina e do que se gostaria, e colocar em questionamento o respeito que devemos ter às diferenças, em oposição a algumas regras já estabelecidas pelo medo de enfrentá-las.

O segundo objetivo deste artigo é falar sobre a velhice. Em, 2025, o Brasil será o 6º país em número de idosos (Schneider e Irigarai, 2008), um número crescente no mundo todo, em consequência da relação entre o avanço positivo dos cuidados biológicos e a diminuição da natalidade.

E quando se pretende juntar os dois assuntos, sexualidade e velhice, nos deparamos com dificuldades, certamente. Mesmo quando pretendemos falar sobre o envelhecimento fisiológico saudável – o processo de senescência – tudo se complica, principalmente se unirmos ao envelhecimento, a sexualidade. Isso porque a nossa cultura nos propõe que as pessoas idosas são pessoas assexuadas!

Mesmo o Estatuto do Idoso, realizado para garantir às pessoas idosas seus direitos como cidadãos, em seu artigo 10, discorre sobre todos os tipos de direito - liberdade de se locomover; de se expressar; de ser religiosa/o; de praticar esportes; participação na vida familiar e da comunidade; participação política; pedir ajuda e refúgio; direito ao respeito à sua integridade

física, psíquica e moral, etc., mas não diz absolutamente nada sobre o direito de vida sexual da pessoa idosa.

Isso comprova que neste artigo, estamos tratando de dois fortes preconceitos socio-culturais: velhice e sexualidade, questões consideradas e tratadas como antagônicas, mas que intimamente se relacionam e parecem se somar.

No Brasil, quando se fala em idosos, também estamos adentrando um campo minado! O idoso é sempre o outro! Aliás, sabemos que existe uma enorme indústria "anti-idade" e uma infinidade de pessoas que vivem dela. Na verdade, estamos falando de outro enorme preconceito: o etarismo.

Isso, falando de sexualidade considerada "normal". Imaginem quando se trata de sexualidade considerada anormal, doentia, safada!

Certamente falar de velhice e sexualidade é tratar de enormes preconceitos que se somam!

E a pergunta que se apresenta é: considerando a dificuldade das pessoas idosas LGBTQs, como será enfrentar uma pandemia? E essa foi a pergunta que fiz a amigas/amigos LGBTQs idosos, pertencentes à ONG "Eternamente Sou 60+", da qual sou madrinha e consultora.

Entre as respostas que vieram, sobressaiu o sentimento de solidão, resposta esperada, já que o cuidado básico para se defender e defender os outros desse perigoso vírus é o isolamento.

É sabido que nós nascemos com a necessidade fundamental de pertencer a algo, fazer parte de algo, para sentirmos energia de vida. Construir vínculos emocionais é se conectar física e sentimentalmente a outros. Isso é fundamentalmente importante para o ser humano.

"Ora" - alguém pode alegar: "em época de pandemia, apenas um clic do computador nos

conecta às pessoas!" E esse assunto daria um livro... Por que será que a conexão virtual parece não nos bastar? Penso que a resposta já foi dada: porque é virtual e o virtual não é todo o real. O ser humano precisa ver, sentir o cheiro, o gosto, tocar o outro para se sentir completamente conectado! E mesmo com a tecnologia, uma sensação de vazio existencial nos persegue...

E, mesmo que a sensação de solidão seja uma consequência comum a todos nós, percebemos que preconceitos e suas consequências, vividos pelas pessoas idosas LGBTQs - por elas serem LGBTQs - e por serem idosas -, potencializam efeitos mais negativos para essa população, do que para a maioria das pessoas.

Infelizmente não aceitos, ou mal acolhidos por suas famílias, as pessoas LGBTQs voltam-se para amigas/amigos, criando vínculos de afeto, e formando o que chamamos de "famílias estendidas". Com a pandemia, isso lhes foi negado.

Além disso, a maioria, principalmente dos homens, fica com a área sexual prejudicada. Impedidos de participarem de reuniões, festas, baladas, socialização prejudicada, se sentem sozinhos e o sentimento de solidão se instala.

Estudos realizados nos EUA com pessoas que usam muito redes sociais mostrou que as pessoas que mais gastam tempo navegando nas plataformas são os que mais se sentem isolados socialmente. Parece que as "vidas perfeitas, as pessoas lindas e felizes" das mídias sociais não conseguem preencher o sentimento de solidão e podem levar a distúrbios emocionais.

Desse modo, aos LGBTQs e a todos nós, só resta esperar que as pessoas respeitem os cuidados necessários e aguardem a vacina para que recomeçemos, pós pandemia, mais sábios e acolhedores!



Solidariedade na pandemia: campanhas ajudam quem mais precisa

Os longos meses de pandemia descontrolada da Covid-19 evidenciaram as desigualdades da sociedade em que vivemos. A solidariedade, no entanto, marcou ações de entidades e pessoas que buscaram ajudar quem mais necessitava.



Foto: Douglas Silva

O Movimento Sem Terra (MST), por exemplo, por meio de seus projetos de agricultura familiar, atrelados à Reforma Agrária Popular, reforçou seu papel no combate à fome e a desigualdade. Foram doadas mais de 4 mil toneladas de alimentos em sua campanha nacional de entrega de produtos oriundos dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária, para famílias urbanas em situação de vulnerabilidade.

As ações já aconteceram em 24 estados do país: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

"As doações são ações diretas de diálogo entre o povo do campo e da cidade. Toda vez que ocorre uma doação da Reforma Agrária, chega na mesa de um brasileiro um alimento contra a fome e a desigualdade social pelas quais o Brasil sempre passou, mas que se intensificou agora nesse período de pandemia", explica Kelli Mafort, da direção nacional do MST.

As doações se tornam ainda mais importantes quando dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) mostram que 37,5 milhões de pessoas viviam uma situação de insegurança alimentar moderada no Brasil entre os anos de 2014 e 2016. Entre 2017 e 2019, porém, esse número chegou a 43,1 milhões. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 foram



Foto: Wellington Lenon

Campanha nacional do MST doa mais de 4 mil toneladas de alimentos para famílias urbanas em situação de vulnerabilidade



Foto: Dowglas Silva

Segundo o IBGE, em 2020 foram contabilizadas 10,3 milhões de pessoas sem acesso regular à alimentação básica no Brasil

contabilizadas 10,3 milhões de pessoas sem acesso regular à alimentação básica no Brasil. Outras 14,1 milhões estão desempregadas.

O trabalho de doação de alimentos vai desde o que é produzido na lavoura, como legumes, verduras, frutas e hortaliças; até a entrega de marmitas com refeições prontas, equipamentos de proteção individual, produtos de higiene e livros. As marmitas são, preferencialmente, entregues às pessoas em situação de rua e aos entregadores de aplicativos. Segundo o MST, quinze hortas comunitárias foram iniciadas em acampamentos, ao longo de 2020, para fortalecer as doações.



Foto: Jonas Santos

Segundo a FAO, entre 2017 e 2019, cerca de 43,1 milhões de pessoas viviam em uma situação de insegurança alimentar moderada no Brasil

Ação contra despejos

Outro trabalho fortalecido durante a pandemia foi o de ações contra o despejo de pessoas em vulnerabilidade. Sem emprego e com dificuldade para recebimento do auxílio emergencial, muitas famílias tiveram dificuldade em pagar o aluguel.

A Campanha Nacional #DespejoZero, em defesa da vida no campo e na cidade, foi um dos principais movimentos nessa área. A campanha teve como objetivo principal a suspensão dos despejos ou remoções de famílias e comunidades urbanas ou rurais, independentemente de sua origem: iniciativa privada ou

pública, respaldada em decisão judicial ou administrativa.

Segundo dados da Campanha Despejo Zero, entre março e agosto de 2020, ao menos 6.500 famílias foram despejadas de suas casas e outras 20.000 famílias encontram-se ameaçadas de serem removidas a qualquer momento. São processos que não foram iniciados com a pandemia da Covid-19 e também não serão encerrados com o fim dela. O déficit habitacional no Brasil hoje é superior a 7,8 milhões de moradias.

Em Alagoas, as 150 famílias ameaçadas de despejo do acampamento Marielle Vive, em Atalaia, Zona da Mata do estado se uniram para

integrar o movimento anti-despejo com o de doação de alimentos. Eles doaram uma série de alimentos produzidos no acampamento para as famílias do município. Só em Alagoas, foram cerca de 50 toneladas de produtos produzidos no campo e distribuídas a quem precisa.

Além do MST, aderiram à campanha o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Confederação Nacional das Associações de Moradores, a Central dos Movimentos Populares (CMP), a União dos Movimento de Moradia (UMN) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia.



Foto: Wellington Lenon

Apoio no campo e na floresta

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) também atuou para minimizar os efeitos da pandemia com diversas ações. Logo no início do isolamento social, em 2020, foi lançada a campanha *Fique em Casa, Fique na Roça*, que levou informações para agricultores e agricultoras, orientações para evitar a contaminação e a transmissão da COVID-19. "Também abrimos um contato, via WhatsApp, para que os agricultores pudessem pedir por auxílio diretamente a nós", explica a secretária de Políticas Sociais da Contag, Edjane Rodrigues.

Ao longo de 2020, como parte da campanha, ainda foi realizada uma série de *lives* para debater e esclarecer os temas relacionados ao novo coronavírus. Outra ação foi a campanha *Campo Conectado pelo bem*, que teve foco no apoio às famílias com dificuldades financeiras ou de saúde, em função da COVID-19. "A gente sabe que aumentou muito a questão da ansiedade e da insegurança, nesse cenário. Por isso nos preocupamos, não só com o lado econômico, mas o mental", explica Edjane.

A campanha foi dividida em quatro ações: mapeamento dos casos de coronavírus no campo; construção de rede de apoio, com profissionais da Saúde ligados ao movimento sindical, para ajudar na saúde mental dos agricultores e agricultoras que estão sofrendo o

impacto direto e indireto referente à COVID-19; apoio de costureiras e artesãs voluntárias, para a produção de modelos de máscara de alta proteção e realização de campanha nacional de arrecadação de cestas básicas de alimentos e material de higiene, para famílias vulneráveis do campo, da floresta e ribeirinhas.

Além de ajudar, a campanha trouxe capacitação – iniciada em outubro de 2020 e encerramento em abril de 2021 – com a oferta de um curso de formação de multiplicadores em práticas integrativas e complementares em saúde. Participam pessoas dos sindicatos, federações e entidades parceiras. "Nosso principal parceiro é a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), mas também contamos com a Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (Conacs), a Associação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (Aneps), a Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares e o Movimento SUS nas Ruas", elenca a secretária.

Por fim, a Contag, neste 2021, se soma à campanha pela vacinação universal e para todos e todas. "Temos realizado rodas de conversa sobre a situação da vacinação no país. Principalmente, para conscientizar sobre a importância da vacinação, que é mais necessária quando temos um governo negacionista, e esclarecer dúvidas sobre a capacidade de imunização", finaliza Edjane.



Foto: Wellington Lenon

Mulheres alcançam melhores resultados no combate à Pandemia ►

Pesquisadoras da Inglaterra compararam a resposta à covid-19 entre líderes homens e mulheres em países de população e nível socioeconômico semelhantes. Elas compararam países como Irlanda e Nova Zelândia e Reino Unido e Alemanha, e mostraram que os locais governados por mulheres tiveram menos mortes e casos de coronavírus até a publicação do estudo, em julho de 2020. Assinado pelas pesquisadoras e professoras de economia Supriya Garikipati, da Universidade de Liverpool, e Uma Kambhampati, da Universidade de Reading, na Inglaterra, o artigo aponta que estes lugares entraram em lockdown (bloqueio total das atividades) ou quarentena rigorosa mais cedo e quando ainda havia menos casos de covid-19, na comparação com as localidades de perfil semelhantes governadas por homens. Para as pesquisadoras, as mulheres tendem a ter maior aversão ao risco, mesmo em posições de liderança.



Foto: freepik.com

Foto: freepik.com



◀ Absorventes serão distribuídos de graça em escolas públicas e postos do DF

Uma alteração na Lei Distrital nº 6.569, de 5 de maio de 2020, que estabelece a Política de Assistência Integral à Mulher, garantirá a distribuição de absorventes para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica. Os itens de higiene serão disponibilizados em unidades básicas de saúde e em escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal. A conquista veio graças a projeto de lei da deputada distrital Arlete Sampaio (PT) em janeiro de 2021. Além da distribuição de absorventes, a alteração da lei prevê o desenvolvimento e a implementação de processos de educação permanente dos profissionais de saúde sobre a atenção integral à saúde da mulher.

No Instituto Butantan, mulheres ocupam 71% dos cargos de pesquisador ►

O Instituto Butantan, responsável pela produção da vacina CoronaVac, tem 71% de seu corpo científico formado por mulheres. A apuração realizada pelo próprio Instituto aponta que do total de pesquisadores contratados, seja via Fundação ou Instituto, apenas 29% são homens. Entre os fatores que explicam a predominância feminina estão o acesso crescente de mulheres à educação superior nas últimas décadas e também devido às áreas de estudos que predominam no Instituto, em sua maioria das ciências biológicas e da saúde, que costumam tradicionalmente atrair maior contingente feminino.



Foto: freepik.com

Sugestões de leitura

CURTO-CIRCUITO - O VÍRUS E A VOLTA DO ESTADO (TODAVIA, 2020)

No Brasil, a pandemia se abateu sobre uma economia fragilizada pela recessão de 2015-16. A economista Laura Carvalho coloca em debate uma resposta à crise que exige repensar o próprio papel do Estado para superar carências históricas.

NÓS, MULHERES (EDITORA TODAVIA/2020)

Rosa Montero aborda perfis biográficos de 16 mulheres notáveis, de Agatha Christie a Simone de Beauvoir. A autora ressalta o papel feminino nos principais avanços da humanidade através da biografia de suas protagonistas.

MAMA (EDITORA DITA/2019)

A autora Marcela Tiboni rompe com o tabu que ainda hoje cerca o amor lésbico e a gravidez entre mulheres para contar a história de sua família. Ela conta como um casal de mulheres faz para engravidar no Brasil, esclarecendo questões burocráticas e psicológicas.

MAMÃE & EU & MAMÃE (ROSA DOS TEMPOS/2018)

Livro autobiográfico da escritora, cineasta e ativista Maya Angelou que tem como fio condutor a relação dela com a mãe, Vivian Baxter, com quem voltou a morar aos 13 anos, depois de dez anos sob os cuidados da avó paterna.

Série

POSE (EUA - 2018)

A série retrata a cena LGBTQIA+ afro-americana de Nova York (EUA) no final dos anos 80, falando sobre exclusão social, racismo, HIV e outras questões delicadas. Tudo isso sem esquecer o lado festivo e afetivo, mostrando formas de acolhimento e amor. A série se destaca também pelo elenco diversificado com forte presença de atores trans e negros.

Documentários

DONA VILMA (BRASIL - 2016)

Obra resgata a história da liderança do movimento negro Vilma Santos de Oliveira, também conhecida como Yá Mukumby, passando por sua trajetória pessoal, política e religiosa, com destaque para a participação na instauração do processo de cotas na Universidade Estadual de Londrina. Em agosto de 2013, Yá Mukumby foi assassinada junto com sua mãe e sua neta. A direção é de Vanessa Santos de Oliveira, filha de Vilma.

ABSORVENDO O TABU (EUA-2018)

Apesar de ser um ciclo natural, muitas meninas se constrangem quando o assunto é 'menstruação'. Rayka Zehtabchi retrata a realidade das mulheres e meninas indianas que lutam contra esse estigma e criam uma máquina que fabrica absorventes biodegradáveis para a venda local.

VESSEL (2014)

Documentário multinacional escrito e dirigido por Diana Whitten, tem foco no trabalho de Women on Waves, organização holandesa pró-escolha, fundada pela médica holandesa Rebecca Gomperts em 1999. A organização feminista tem esse nome por realizar abortos em um navio no mar (pois não sendo território não tem leis que penalizem aborto).

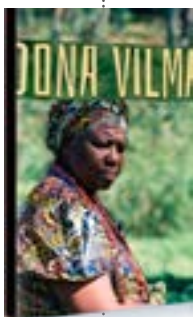
Filmes

ABRAÇO - A ÚNICA SAÍDA É LUTAR (BRASIL, 2020)

Filme do diretor e roteirista DF Fiúza retrata a batalha judicial de professores sergipanos contra a retirada de direitos pelo governo do estado. Uma das líderes da heroica mobilização é a professora Ana Rosa, que vive o desafio de ser mãe, mulher e dirigente sindical.

A GRANDE VIAGEM AO PAÍS PEQUENO(URUGUAI, 2019)

Dirigido por Mariana Viñoles, o filme acompanha o processo de adaptação de duas famílias sírias que, tendo deixado suas terras e tradições para trás, começam uma nova vida em um país distante do qual nada sabiam, chamado Uruguai.



CIDADANIA DIGITAL

As medidas de contenção do vírus, como o isolamento social e a suspensão das aulas presenciais, aumentaram a necessidade de saber lidar cada vez mais cedo com o ambiente digital. Veja a seguir sugestões de aula que podem explorar o tema da cidadania digital, adaptando conteúdos para crianças e adolescentes.

Inclusão digital

Convidar estudantes para debater o tema da acessibilidade na internet: desde o acesso à internet como direito fundamental passando pela acessibilidade para cegos, surdos, pessoas com mobilidade reduzida e dentre outros públicos. Pesquisar quais leis existem sobre o tema e fomentar atitudes práticas e individuais que podem ajudar na inclusão, como por exemplo descrever fotos para que programas de leitura para cegos possam acessar as imagens; colocar audiodescrição em vídeos para quem não pode ouvir; e pesquisar estratégias para incluir todos os tipos de público.

Terra de ninguém? Crimes virtuais

Propor uma roda de conversa partindo da seguinte questão: pode publicar tudo na internet? Debater quais são os limites de publicação de fotos e vídeos de outras pessoas, discutir plágio e direitos autorais, além de estimular que os estudantes pesquisem sobre os crimes de difamação, calúnia e injúria, e outros, como a pornografia de vingança, que podem ocorrer em ambiente virtual. Propor para os estudantes a elaboração de um guia de etiqueta na internet com as principais regras de convivência nas redes sociais digitais.

Privacidade e segurança: como cuidar de dados pessoais

Abordar o que são os dados pessoais sensíveis e que não podem ser divulgados nas redes, como endereço, número de telefone e documentos, bem como dados que são aparentemente inofensivos, mas que revelam hábitos e trajetos e podem trazer vulnerabilidade. Estimular a reflexão sobre os riscos dos dados que são expostos voluntariamente em aplicativos, redes sociais e sites diversos e propor uma pesquisa sobre boas práticas de proteção de dados na internet.

Como identificar fake news?

Criar seminários para discussão sobre o que são "fake news" e como elas são produzidas. Identificar quais são as principais armadilhas, buscando entender porque é tão fácil cair numa notícia falsa e repassá-la; explicar a importância de identificar quem são os autores de textos ou imagens e como fazer para verificar se uma informação é verdadeira a partir de fontes oficiais. Elaborar com os alunos uma espécie de manual para identificar e não passar uma "fake news" para frente.

**Diretoria Executiva da CNTE
Gestão 2017/2022**

PRESIDENTE

Heleno Araújo Filho (SINTEPE/PE)

VICE-PRESIDENTE

Marlei Fernandes (APP/PR)

SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Rosilene Corrêa Lima (SINPRO/DF)

SECRETÁRIA GERAL

Fátima Aparecida da Silva (FETEMS/MS)
SECRETÁRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Roberto Leão (APEOESP/SP)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Gilmar Soares (SINTEP/MT)

SECRETÁRIO DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO

Luiz Carlos Vieira (SINTE/SC)

SECRETÁRIO DE POLÍTICA SINDICAL

Rui Oliveira (APLB/BA)

SECRETÁRIA DE FORMAÇÃO

Marta Vanelli (SINTE/SC)

SECRETÁRIA DE ORGANIZAÇÃO

Marilda de Abreu Araújo (SIND-UTE/MG)

SECRETÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS

Ivonete Almeida (SINTESE/SE)

SECRETÁRIA DE RELAÇÕES DE GÊNERO

Berenice D'Arc Jacinto (SINPRO/DF)

SECRETÁRIA DE APOSENTADOS E ASSUNTOS PREVIDENCIÁRIOS

Selene Michielin (CPERS/RS)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E LEGISLATIVOS

Gabriel Pereira Cruz (SINPRO/DF)

SECRETÁRIA DE SAÚDE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO

Francisca da Rocha (APEOESP/SP)

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Cleiton da Silva (SINPEEM/SP)

SECRETÁRIO DE DIREITOS HUMANOS

José Christovam Filho (SINDIUPES/ES)

SECRETÁRIO DE FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO

José Carlos do Prado (AFUSE/SP)

SECRETÁRIA DE COMBATE AO RACISMO

Iêda Leal (SINTEGO/GO)

SECRETARIA EXECUTIVA

Ana Cristina Guilherme (SINDIUTE/CE)

Edmilson Camargos (SAE/DF)

Girlene Lázaro da Silva (SINTEAL/AL)

Joaquim Juscelino Linhares (APEOC/CE)

José Valdivino de Moraes (APP/PR)

Luiz Carlos Paixão (APP/PR)

Luiz Veronezi (CPERS/RS)

Manoel Rodrigues (SINTERO/RO)

Odeni de Jesus da Silva (SINTE/PI)

Raimundo Oliveira (SINPROESEMMA/MA)

Rosana Souza do Nascimento (SINTEAC/AC)

Valéria Conceição da Silva (SINTEPE/PE)

COORDENADOR DO DESPE

Mario Sergio Ferreira de Souza (APP/PR)

COORDENADOR DO COLETIVO DA JUVENTUDE

Valdeir Pereira (SINTEP/MT)

DIRETORIA EXECUTIVA ADJUNTA

Alessandro Souza Carvalho (APEOC/CE)

Antônio Lisboa Amancio Vale (SINPRO/DF)

Carlos de Lima Furtado (SINTE/TO)

Dóris Regina Nogueira (SINTERG/RS)

Ionaldo Tomaz (SINTE/RN)

Isis Tavares (SINTEAM/AM)

Marco Antônio Soares (APEOESP/SP)

Maria Marleide Matias (SINTE/RN)

Marilene dos Santos Betros (APLB/BA)

Nelson Galvão (SINPEEM/SP)

Odisséia Carvalho (DPOSIÇÃO SEPE/RJ)

Veroni Salete Del Ré (APP/PR)

CONSELHO FISCAL - TITULAR

Antônia Benedita Costa (SINPROESEMMA/MA)

Edson Rodrigues Garcia (CPERS/RS)

Ivaneia de Souza Alves (SINSEPEAP/AP)

José Teixeira da Silva (SINTE/RN)

Ornildo Roberto de Souza (SINTER/RR)

CONSELHO FISCAL - SUPLENTE

Edivaldo Faustino da Costa (SINTEP/PB)

Fábio Henrique Matos (SINTE/PI)

Francisca Ribeiro da Silva (SINTE/PI)

“

O mundo: um emaranhado de fios teleféricos em eriçamento. E a luminosidade no entanto obscura: esta sou eu diante do mundo.

Equilíbrio perigoso, o meu, o perigo de morte de alma. A noite de hoje me olha com entorpecimento, azinhavre e visco. Quero dentro dessa noite que é mais longe que a vida, quero, dentro desta noite, vida crua e sangrenta e cheia de saliva.

Quero a seguinte palavra: esplendidez, esplendidez é a fruta na sua suculência, fruta sem tristeza. Quero lonjuras. Minha selvagem intuição de mim mesma. Mas o meu principal está sempre escondido. Sou implícita.

E quando vou me explicar perco a úmida intimidade.

”

Trecho do livro, Água Viva, Ed. Rocco, 1998.



Clarice Lispector (1920-1977) é umas das mulheres de maior destaque da literatura brasileira do século XX. Contista, cronista e jornalista, é dona de uma obra literária intimista e cheia de metáforas, referência tanto para os leitores quanto para os escritores e escritoras das gerações seguintes. Para comemorar o centenário da escritora, o Instituto Moreira Sales lançou um site especial com um acervo completo sobre a sua vida e obra. www.claricelispector.ims.com.br

